



Os Empobrecidos

KENT WILSKA



KENT WILSKA

OS EMPOBRECIDOS



RELATÓRIOS DE KEPA - CENTRO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO,
RELATÓRIO N° 88, 2008

ISSN 1236-4797

ISBN (PB) 978-952-200-063-7

ISBN (PDF) 978-952-200-064-4

COMPOSIÇÃO GRÁFICA: HENRIK EDLUND

CAPA: SUVI SAVOLAINEN

FOTOGRAFIAS: ESA SALMINEN (CAPA, p.7, 17, 34 & 46); NIINA PITKÄNEN (p.29); JERÓNIMO NAPIDO (p. 36)

ORIGINAL DA LÍNGUA FINLANDESA: KÖYHDYTETYT - IHMISKUNNAN EPÄVIRALLINEN ENEMMISTÖ
(LYHENNELMÄ) (2006)

TRADUÇÃO PARA A LÍNGUA PORTUGUESA POR PEKKA POSIO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: PAARL PRINT, JOHANNESBURG 2008



CENTRO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO KEPA

Rua Simões da Silva n° 62
C.P. 4441, Maputo
Mozambique
TEL +258-1-427422
FAX +258-1-316009
KEPA@KEPA.CO.MZ

Töölöntorinkatu 2 A
00260 Helsinki, Finland
TEL +358-9-584 233
FAX +358-9-584 23 200
KEPA@KEPA.FI
WWW.KEPA.FI

COM APOIO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FINLÂNDIA

4	Prefácio <i>Soila Hirvonen</i>
6	Os empobrecidos: a maioria informal da humanidade
16	À margem da aldeia global
27	O direito à terra e aos recursos naturais
33	Soluções da economia formal
36	À procura de alternativas
46	Epílogo
52	Referências
58	Bibliografia

Prefácio

Esta é uma publicação da plataforma de organizações não governamentais finlandesas, KEPA (Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento). É um esforço para analisar estruturas e práticas sociais que criam e mantêm a pobreza. Oferece ideias para romper as cadeias de empobrecimento bem como alternativas para criar condições para uma vida sustentável. Esta publicação pode facilitar o trabalho de activistas, estudantes e profissionais da área de cooperação para o desenvolvimento.

Com o uso do conceito “empobrecimento” ao invés do de pobreza, a KEPA enfatiza o facto da pobreza ser sempre resultado de uma actividade – ou da falta de uma determinada actividade – mediante a qual “alguém empobrece outrem”. A luta contra a pobreza não terá sucesso enquanto não forem desmanteladas as estruturas, as tradições, os hábitos e os costumes que geram e mantêm a pobreza.

A presente publicação é baseada no livro intitulado “Os Empobrecidos: a Maioria Informal da Humanidade”, publicado pela KEPA, em finlandês, em Agosto de 2004. Ele foi recebida com grande entusiasmo pelo público na Finlândia interessado nas questões de desenvolvimento.

O livro foi resultado de uma estreita colaboração entre os autores – Kent Wilska, Max von Bonsdorff, Matti Lahtinen e Juha Rekola – e os oficiais de informação da KEPA nos países onde esta opera, que trouxeram os seus conhecimentos e experiências em forma de exemplos concretos e ilustrativos sobre o dia-a-dia dos países em desenvolvimento. Dada a grande procura da publicação, o KEPA solicitou a um dos autores, Kent Wilska, uma versão abreviada do texto com um epílogo.

Esta versão abreviada foi traduzida para as línguas portuguesa, inglesa e espanhola, de modo a facilitar o nosso trabalho global contra o empobrecimento. O presente texto é acompanhado por fotografias sobre o trabalho da KEPA e de seus parceiros, em Moçambique.

Esperamos que seja útil,

Soila Hirvonen

Coordenadora da KEPA em Moçambique

Maputo, 15 de Novembro de 2007

Os empobrecidos a maioria informal da humanidade

Kent Wilksa

Existe um consenso geral quanto ao facto de a pobreza ser um fenómeno multifacetado. Não se trata de uma simples falta de ingressos nem de escassas possibilidades de consumo, mas sim de um problema que toca tanto a habitação e a alimentação, como a saúde e a formação. A pobreza pode trazer consigo uma sensação de insegurança e de vulnerabilidade, fazendo com que a pessoa pobre esteja exposta à violência, à delinquência e às catástrofes naturais. Por outro lado, pode-se tratar também de uma falta de possibilidades de participação na tomada de decisões ou nas actividades da comunidade. Existem muitas tentativas para medir as diferentes dimensões da pobreza, mas quanto mais o conceito de pobreza se estende para além da pobreza por rendimentos, mais difícil se torna a sua medição.

Em princípio, ninguém é pobre ou rico ao nascer. Uma vez nascidos, os seres humanos começam a fazer parte das actividades da sua comunidade e, como resultado destes processos sociais, são considerados como ricos ou pobres em relação aos outros¹. São as próprias estruturas e instituições sociais que criam o contexto dentro do qual um ser humano pode ser rico ou pobre. Em alguns países, estas instituições e estruturas são de tal natureza que a maioria das pessoas se vê condenada à pobreza. As estruturas que geram a pobreza podem criar um abismo insuperável que ultrapassa os limites das gerações.

A pobreza é quase sempre relativa, na medida em que é comparada com outras condições. De qualquer forma, pode-se constatar que uma pessoa que passa fome é sempre pobre, ainda que não se comparem as suas condições de vida com as dos seus pares. Contudo, se estabelecermos uma relação entre a situação de uma pessoa e o resto da comunidade quanto ao nível de rendimentos, alimentação, habitação, alfabetização ou possibilidades de participação política e tomada de decisões, o conceito de pobreza adquire um conteúdo mais profundo



Planificação das actividades no distrito de Montepuez em Setembro de 2007. A união de camponeses - UDACOMO, parceiro da KEPA, pretende promover o associativismo entre os camponeses de pequena escala, e representa a voz destes nos processos de tomada de decisões públicas ao nível do distrito. As uniões distritais também facilitam a entrada dos camponeses no mundo moderno globalizado, através, por exemplo, da introdução de culturas de rendimento e da capacitação em gestão de projectos, contabilidade e técnicas de advocacia.

e também mais político. Se bem que, do ponto de vista objectivo, o único limite absoluto da pobreza seja a morte, há vários esforços para estabelecer diversos limites e índices a fim de medir a pobreza. Por exemplo, segundo uma das definições, qualquer pessoa que ganhe menos de um dólar por dia é considerada como pobre. O que aconteceria, se toda a população do mundo ganhasse apenas um dólar diário? As definições dos limites da pobreza dependem sempre do nível económico dos outros.

A existência dos pobres depende, pois, da existência dos ricos. Quando falamos do problema da pobreza estamos a focalizar só um lado da relação: o problema do mais fraco. Quem assume o direito de definir o problema não é, em geral, aquele que o tem. Toda a destreza retórica ligada à definição dos conceitos

dá origem a uma nova realidade, isto é, a uma pobreza chamada “objectiva”. Este tipo de pobreza é aquela que se discute, que se mede e que se combate. No entanto, a pobreza real e palpável nasce sempre das condições sociais que marcam a diferença e criam as relações de dependência entre ricos e pobres².

A pobreza e a riqueza, o empobrecimento e o enriquecimento, a miséria extrema e a abundância são todos conceitos estreitamente inter-relacionados. A pobreza ou a riqueza de um ser humano é resultado de interacções económicas, sociais, políticas e culturais. Por isso, a pobreza é o resultado de várias acções diferentes.

As causas fundamentais da pobreza são as diversas estruturas que alimentam a desigualdade social. A existência e a manutenção de tais estruturas é conhecida como empobrecimento³. Pelo conceito de empobrecimento entende-se que alguma coisa ou alguém torna uma pessoa pobre. É o resultado da actividade – ou inactividade – dos seres humanos ou dos mecanismos sociais. Sendo assim, o empobrecimento é um processo activo e não um fenómeno passivo que se produz por si só.

As raízes ocidentais do pensamento de desenvolvimento

Na tradição ocidental, o desenvolvimento e o crescimento são considerados, desde a época de Aristóteles, como um fenómeno natural e positivo. A ideologia do progresso e da racionalidade reforçou-se especialmente em finais do século XVII, como contraste para a superstição e o estancamento medievais. O cerne do pensamento ocidental era a ideia de que o desenvolvimento das sociedades era baseado em determinados princípios naturais. A doutrina do desenvolvimento social constante consolidou-se, ainda, durante a segunda metade do século XIX⁴.

A ideologia ocidental do desenvolvimento está estreitamente vinculada à fé na necessidade de crescimento, segundo a qual o progresso tecnológico e os avanços constantes na produção de bens e serviços são a base de uma vida feliz para todos. Esta visão do desenvolvimento traz consigo a promessa de uma futura superabundância material, considerada como algo natural, positivo, necessário e incontestável. Apesar de o desenvolvimento ser, de facto, uma criação

social, tem sido apresentado como um fenómeno natural cujas leis têm um forte impacto sobre as sociedades⁵.

Em finais do século XIX, as sociedades ocidentais consideravam-se superiores às outras. O Ocidente desempenhava o papel de protagonista, já que possuía uma produção mais potente e uma quantidade de avanços científicos e tecnológicos mais importante do que os outros países. A comparação foi-se convertendo num conceito central, e as áreas não pertencentes ao Ocidente industrializado foram definidas em termos negativos, sendo diferentes e opostos às sociedades ocidentais. Assim surgiu a denominação simplista de “países em vias de desenvolvimento”⁶.

O problema central das “quase-definições” do desenvolvimento é o facto de se basearem apenas na visão de uma pessoa – ou de um grupo de pessoas – sobre o estado ideal da existência social. A definição destas visões depende completamente do ponto de vista subjectivo de cada um. Porém, é verdade que, muitas vezes, estas visões são muito agradáveis e desejáveis. Quem não gostaria de viver num mundo mais feliz, a desfrutar de uma vida mais longa, livre de doenças, de pobreza, de exploração e de violência? Desta maneira é fácil chegar a um consenso maioritário sobre os valores incontestáveis do desenvolvimento. No entanto, se entendermos o desenvolvimento como uma série de valores humanos e positivos, chegamos à conclusão de que o desenvolvimento, como tal, não existe, e é provável que nunca chegue a existir⁷. Muitas das visões do desenvolvimento são, de facto, listagens de coisas boas, a nível universal, sobre as quais é fácil chegar a um consenso. A ambiguidade do conceito de desenvolvimento faz com que seja possível defender o desenvolvimento a partir de pontos de vista muito diferentes. O desenvolvimento de um pode ser um “antidesenvolvimento” para o outro. Por isso, fala-se também de desenvolvimento bom e mau, correcto e incorrecto.

Podemos considerar como uma qualidade positiva do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, da ONU, o facto de ter abandonado a fé na “vaca sagrada” do progresso económico. O relatório estabelece uma clara distinção entre a aquisição de bens materiais e a “vida boa”⁸. No entanto, os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento definem o desenvolvimento de uma maneira normativa. Os autores descrevem aquilo que esperam poder observar na realidade. À primeira vista, a “ampliação da liberdade de escolha”⁹ parece uma medida exclusivamente positiva. Na realidade, o modelo oferece poucas coisas

novas: trata-se de um processo aberto que conduz à ampliação de oportunidades e que é, em princípio, ilimitado. O desenvolvimento não ajuda, necessariamente, a escolher o que se necessita. A expansão da variedade de produtos no mercado responde às necessidades das pessoas, mas, por outro lado, o acesso ao ar fresco, à água potável e à alimentação são limitados. O processo de desenvolvimento inclui, também, os conceitos de perda e de destruição¹⁰.

A vossa liberdade é a minha escravidão?

Os cidadãos de uma sociedade de consumo funcional compartilham, em princípio, uma ideia sobre o significado do desenvolvimento. Na prática, o desenvolvimento significa, para muitos, um aumento do consumo, o qual requer também um aumento da produção. Trata-se da possibilidade de se formar para obter um melhor emprego com um salário mais elevado, da possibilidade de comprar roupa nova, uma máquina de lavar, um televisor, um carro ou uma casa, ou da possibilidade de consumir serviços, ir ao cinema, viajar nas férias, etc.

No entanto, todas as comunidades que vivem num sistema capitalista não estão de acordo sobre as regras do mercado nem sobre as medidas que se devem utilizar para assegurar o bem-estar de todos. Há quem pense que a economia de mercado e o capitalismo incluem a ideia de que cada um é responsável só por si mesmo. Outros pensam que é necessário garantir as condições mínimas para assegurar o bem-estar de cada um. Uma parte importante da discussão sobre a política económica dos últimos dois séculos trata do grau de liberdade das actividades económicas e dos limites e regras do mercado.

Os mercados livres merecem o seu crédito e ter-se-á de reconhecer a sua necessidade, já que a liberdade de participar no intercâmbio económico desempenha um papel importante na vida social. Dito isto, é necessário ter em conta que o papel do mercado não deveria ser ditado somente pelas possibilidades que tem, mas deve também ser condicionado pelas restrições julgadas necessárias. Existem grupos de pessoas favorecidos pelo livre funcionamento do mercado, mas também há grupos para os quais o mesmo funcionamento significa uma desvantagem¹¹.

Sendo assim, tem de se ter em conta que o bem-estar material é apenas um instrumento para a construção de uma “vida boa”. O desenvolvimento pode

ser considerado como o alargamento das oportunidades reais das pessoas. A possibilidade de participar na vida política e de ter acesso a uma formação básica ou aos serviços de saúde são elementos que constroem o desenvolvimento¹². No entanto, a capacidade de o indivíduo de desfrutar destas liberdades depende essencialmente das estruturas económicas, sociais e políticas¹³.

No mundo em que vivemos, nem todos têm as mesmas oportunidades, nem a nível internacional, nem sequer dentro de um país. Os mecanismos de mercado não regularizados produzem e aumentam disparidades entre as pessoas. Praticamente todos, à excepção dos fundamentalistas puros e duros, o admitem¹⁴. O problema central é que a liberdade de actuação de uma pessoa na economia de mercado pode restringir os direitos, as oportunidades e a liberdade dos outros.

É possível continuar um estilo de vida tradicional?

No mundo há ainda comunidades que não fazem parte da economia de mercado nem das sociedades de consumo massivo¹⁵. No entanto, uma parte dos membros destas comunidades gostaria de deixar as suas casas nas áreas rurais para “viver no presente”, enquanto outras pessoas preferem continuar o seu estilo de vida natural e sustentável, de acordo com outro tipo de valores. Nenhuma destas duas opções é boa ou má em si. Há pessoas que se vêem obrigadas a mudar o seu estilo de vida, enquanto outras pessoas não o podem fazer, por mais que queiram. Estas diversas realidades coexistem no tempo e no espaço.

A expansão cada vez maior da economia de mercado ameaça mudar o estilo de vida das pessoas que ainda vivem fora ou à margem desse sistema. A imposição da economia de mercado nas comunidades é uma forma de empobrecer os seus membros. Eles deveriam poder desfrutar da liberdade de escolher a forma de desenvolvimento que preferem, isto é, aquilo a que aspiram na sua vida. Este tipo de liberdade seria para eles uma verdadeira ampliação de oportunidades. Agora muitos deles não têm possibilidade de escolher o tipo de desenvolvimento que lhes convém, porque que se lhes impõe um único modelo de desenvolvimento.

Não se trata aqui de uma questão meramente filosófica, já que os limites da economia de mercado estão em constante expansão. Os sintomas desta expansão incluem a privatização da água e da terra comuns, assim como a patenteação da biodiversidade e da sabedoria ancestral. Estas medidas concretas

restringem claramente a possibilidade de viver fora de um sistema de economia de mercado ocidental.

Estas comunidades empobrecem-se porque se as priva da possibilidade de continuarem com o estilo de vida pelo qual optaram. No entanto, as comunidades podem ser extremamente ricas: pode tratar-se de uma riqueza espiritual, de um estilo de vida em harmonia com a natureza ou de uma herança cultural que tem milhares de anos de história e que não se baseia no consumo de bens e serviços. De qualquer forma, se estas comunidades perdem os requisitos básicos da vida – água e alimentação – não tardarão muito em perder completamente a sua riqueza.

A propaganda de consumo, distribuída pelos média, pode ser considerada como um factor que restringe a liberdade de escolher. Em princípio, é possível lutar contra este tipo de informação fechando os olhos e os ouvidos, o que não ajuda, por exemplo, quando se enfrentam os guardas armados de uma companhia florestal.

Será possível, então, que as comunidades auto-sustentáveis sobrevivam e se adaptem às exigências do mundo actual? O resultado será uma destruição inevitável, ou será possível que as diferentes comunidades coexistam em paz e harmonia num âmbito de pluralismo institucional¹⁶? Poder-se-á garantir a estas comunidades a possibilidade de manterem o seu próprio estilo de vida, se esse for o seu desejo?

Um sistema fora do equilíbrio

Mais de metade da população mundial ganha a vida na agricultura de subsistência ou em auto-emprego, tanto nas áreas rurais, como nas aldeias e cidades. Grande parte destas pessoas vive fora das redes sociais de apoio e de tomada de decisões, isto é, à margem do formal e do informal. Em muitos países em desenvolvimento, a existência informal, “fora da lei”, tornou-se a norma, enquanto a legalidade e a formalidade são uma excepção e até um privilégio.

Para a maioria da humanidade, o informal constitui uma realidade onde a vida é governada por normas e costumes que pouco têm a ver com as leis formais. Em casa, isto pode significar que não se tem acesso à água se não a for buscar a um rio a muitos quilómetros de distância, ou que não se tem electricidade se

não se fizer uma ligação ilegal a partir de um poste eléctrico até à casa, construída com lata e papelão. Não há nenhum departamento de segurança social onde seja possível dirigir-se para pedir ajuda: se necessitar de dinheiro, é um problema pessoal. A norma “não roubarás” da sociedade formal transforma-se, em muitos casos, em “roubarás o que puderes e onde puderes, porque é a única maneira de manter vivos os filhos”.

A maior parte das actividades económicas dos países em desenvolvimento nunca foi formal da mesma maneira que o é nos países ocidentais. A criação de empregos formais nestes países é, hoje em dia, escassa, e está nas mãos do sector público e das empresas nacionais e estrangeiras que fazem parte do sector privado formal. Ao lado deste sistema, que cresce muito lentamente, coexiste uma enorme economia informal, viva e em constante crescimento.

Do ponto de vista da política de desenvolvimento, é fundamental decidir se consideramos o ser humano e a realidade onde vive como ponto de partida, ou se nos concentramos unicamente nos indicadores da macroeconomia e na sua realidade.

Ignorar a existência de grupos de pessoas – seja de maneira consciente ou não – e mantê-los fora das redes formais é uma forma activa de empobrecimento. Uma melhoria nos indicadores económicos não significa que a pobreza real destas pessoas tenha diminuído de maneira significativa. As diferentes estratégias falham, uma após outra, na tentativa de reduzir a pobreza, ou porque o objectivo principal dos actores políticos não é melhorar as condições de vida das pessoas que vivem fora do alcance das redes formais, ou porque os políticos – nas suas torres de marfim – não são capazes de perceber os problemas dos pobres. Por estas duas razões, as medidas nunca levam aos resultados esperados.

A criação da aldeia global

O economista peruano Hernando de Soto está convencido de que o capitalismo perdeu o norte, tanto nos países em desenvolvimento, como nos anteriores países comunistas. Naqueles países, o capitalismo não está vinculado às pessoas que deveriam formar a sua base, mas transformou-se num lema auto-suficiente da classe dos empresários e tecnocratas. Não tem sentido exigir reformas económicas

liberais se não se admitir que, na realidade, tais reformas favorecem só uma pequena elite globalizada e fecham a porta à grande maioria da humanidade¹⁷.

Quando o capitalismo europeu se expandiu, na época colonial, aos actuais países em desenvolvimento, a maioria da população ficou fora do alcance das novas estruturas económicas e políticas. Aqueles que foram integrados no novo sistema começaram a jogar segundo as regras europeias, enquanto os restantes mantinham o seu estilo de vida anterior ou – se esse estilo de vida foi destruído e não substituído por outro – ficaram sem nada.

Os começos do triunfo económico da Europa coincidem com o renascimento do comércio em princípios do século XI¹⁸. Com o desenvolvimento do intercâmbio local e internacional, começaram a aumentar também os contactos dos europeus com culturas e costumes estranhos. Houve uma expansão de novos modos de produção: as cidades prosperavam e a importância da agricultura de subsistência diminuía¹⁹. Com o aumento da imigração das áreas rurais, as cidades começaram a tomar cada vez mais medidas para restringir a actividade económica e para proteger as suas próprias associações. Nem todos os imigrantes que vinham do campo encontravam trabalho nas cidades. Pouco a pouco, ia crescendo o número de vendedores ambulantes e de pessoas que tinham uma profissão ou uma empresa marginal, fora das leis vigentes²⁰.

O acesso às profissões “legais” foi restringido. As leis e as medidas cada vez mais rigorosas fizeram com que os empresários se vissem obrigados a viver nos arredores das cidades. Em países como a França, a Espanha e a Inglaterra, os empresários ilegais foram sancionados e até condenados à morte. Apesar de tudo, com o passar do tempo, os governos europeus tiveram de tomar medidas para lidar com a ilegalidade e começar a legalizar e a integrar as grandes massas como parte do sistema político-económico formal. Os conflitos entre as massas populares e a elite dirigente levaram a diversas agitações e revoltas em toda a Europa. Uma das causas por trás das revoluções na França e na Rússia foi o enorme abismo que existia entre as elites que pertenciam ao sistema formal e as grandes massas que viviam fora dele²¹.

Nos países industrializados, os trabalhadores converteram-se em parte do sistema formal com o estabelecimento e a “legalização” dos seus empregos. Outro factor que contribuiu para o processo de legalização foi o desenvolvimento da legislação laboral. No entanto, tem de se ter em conta que esse processo não

se teria iniciado sem a organização da própria classe operária. Na Inglaterra, por exemplo, a redução da semana laboral foi resultado de uma luta que durou vários séculos²².

Os actuais países industrializados possuem uma importante história de avanços no âmbito da formação, saúde pública e reformas agrárias. No Ocidente, a redistribuição das oportunidades sociais incluiu a maioria da população, permitindo-lhe a participação no crescimento económico²³. A exclusão de uma parte da população é, de facto, uma forma activa de empobrecimento.

Os colonizadores europeus não se preocupavam com a inclusão das pessoas das áreas conquistadas no âmbito legal e oficial da sociedade. Esta exclusão foi lógica, já que os colonizados eram considerados como inferiores aos europeus. Sendo assim, nos países em desenvolvimento, a maioria das pessoas não faz parte das estruturas oficiais da sociedade: muitas não têm certidão de nascimento, nem foram registadas nos arquivos do Estado, de maneira que são, de certa forma, inexistentes para as autoridades. Não possuem documentos de identidade, não podem abrir uma conta bancária, nem realizar as transacções legais que, para os ocidentais, fazem parte da vida diária. Não possuem bens legalmente registados, nem contratos de trabalho na economia oficial.

As pessoas que vivem da agricultura de subsistência nas zonas rurais, ou os trabalhadores informais das cidades estão, do mesmo modo, excluídos da tomada de decisões políticas. Os mecanismos estatais são, para estes grupos, entidades distantes e abstractas. Em muitos países, já ficou claro que as autoridades ou as elites económicas não podem nem querem integrar a economia informal nem a economia de subsistência nos mecanismos formais do Estado. Esta falta de interesse deve-se, em parte, à falta de recursos económicos e humanos. Por outro lado, pode tratar-se também de uma falta de visão.

À margem da aldeia global

As áreas “formais” das sociedades apoiam-se sempre em normas e regras estabelecidas pelo poder público. As relações de intercâmbio existentes no seu âmbito são sempre quantificáveis em termos numéricos de empregos criados, do PIB, da exportação, da importação, dos dias de baixa, do acesso à formação, etc. Nas áreas “informais” não é assim. As regras podem ser estabelecidas em separado para cada situação ou relação de intercâmbio, ou podem fazer parte de uma tradição comum. Nem sempre se anotam por escrito, mas toda a gente está consciente delas. Não é possível saber a quantidade deste tipo de relações.

A maior parte do dia-a-dia dos habitantes dos países do terceiro mundo é passada no âmbito do “informal”. Isto não implica que não existam regras, normas ou mecanismos de resolução de disputas. Contudo, é certo que estes mecanismos não são os mesmos que aqueles que funcionam no âmbito “formal”. Também não são tão exaustivos. Nas comunidades pequenas é mais fácil controlar o seu seguimento, enquanto nas grandes cidades ou nas interações entre diferentes culturas, nem todos compartilham as mesmas regras e valores. Por isso, a formação de acordos é, de certo modo, mais “livre”, muitas vezes em benefício do mais poderoso, ou do mais “rico”.

Este tipo de economia informal existe em todas as partes do mundo. A maioria dos pobres ganha a vida na agricultura de subsistência, mas as cidades estão a crescer a um ritmo cada vez mais frenético. Dentro de uns 20 ou 30 anos, a maioria da população mundial viverá em cidades.

Empresários em condições extremas

Em todas as partes do mundo, as pessoas têm de ganhar a vida com o seu trabalho. Nos países com pouca ou nenhuma segurança social, a população tem de procurar um trabalho informal – a todo o custo e, às vezes, por vias não muito legais – caso não encontrem um emprego oficial e não possam viver sem rendimentos. Assim, as pessoas convertem-se em trabalhadores da economia informal, já que nos países em desenvolvimento a criação de uma empresa “formal” pode ser demasiado complicada e cara, ou levar demasiado tempo. Não se trata



Em quase todos os países onde se podem conseguir estatísticas, a taxa de emprego das mulheres no sector informal urbano é mais elevada do que a dos homens. Como parceiro de KEPA de muitos anos, o Fórum Mulher trabalha fortemente na promoção dos direitos das mulheres e do seu acesso aos serviços básicos.

Para que a informação sobre as realidades na periferia da aldeia global fosse conhecida no Norte, precisa-se da cooperação e diálogo internacional. Na fotografia a Directora Executiva do Fórum Mulher, Graça Samo, durante a visita a Helsinquia, Finlândia, em Fevereiro de 2007.

de um fenómeno marginal, mas de uma realidade concreta para a maioria da população mundial que vive fora dos países industrializados.

O desemprego é, por definição, um fenómeno que faz parte do mercado laboral formal. O desempregado é definido como uma pessoa que está à procura de emprego de maneira activa, mas ainda não o encontrou. A definição é, em grande parte, irrelevante para os países com um grande sector informal, já que praticamente todos, inclusive as crianças, participam nalguma actividade económica para ganhar a vida. Para estes países, estabelecer uma distinção entre os desempregados e aqueles que têm um emprego formal carece de sentido²⁴.

Nas áreas urbanas da maioria dos países em desenvolvimento, a proporção do trabalho informal da taxa de emprego global é extremamente alta. Uma em cada duas pessoas que não trabalha na agricultura ganha a vida num emprego informal. Alguns dos países com situações mais extremas a este respeito são, por exemplo, o Benim, as Filipinas, a Guiné, a Indonésia, a Índia, o Quênia e o Tchad²⁵, onde a proporção do trabalho informal alcança ou supera 75 % da taxa do emprego global.

Nas décadas de 1950 e 1960 ainda se pensava que as economias tradicionais e “pobres” se converteriam em economias modernas com um nível de desenvolvimento rápido. Pensava-se que os vendedores ambulantes, as pequenas manufacturas e os diversos empregos ocasionais desapareceriam ou se transformariam em parte da economia de mercado moderna e formal. Nos anos 70, começou a ficar claro que era difícil que essa transformação tivesse lugar, pelo menos a curto prazo. Em princípios dos anos 70 começou-se a falar do “sector informal”, expressão que se converteu em pouco tempo numa parte importante da discussão sobre o desenvolvimento²⁶. De qualquer maneira, a polaridade legal/formal versus não legal/informal da actividade económica fez sempre parte da história da humanidade.

Segundo a definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho informal cobre todo o tipo de trabalho remunerado, tanto o auto-emprego, como o trabalho assalariado, não reconhecido nem protegido pela legislação vigente. O trabalho não remunerado em qualquer organismo ou empresa com fins lucrativos também se considera como trabalho informal. Às vezes o trabalho em empresas de muito pequena escala é também incluído no conceito de trabalho informal²⁷.

A actividade económica informal pode aparecer em várias formas diferentes. Inclui a produção caseira de bens para consumo privado, assim como a agricultura de subsistência. Os empregados domésticos também fazem parte da economia informal, caso não tenham contrato oficial. As empresas de uma só pessoa também podem fazer parte do sector informal. Quando as microempresas informais empregam familiares e outras pessoas, os seus contratos também costumam ser informais. Até nas empresas formais pode haver pessoas que realizam trabalho informal. Neste caso, os empregados informais não têm contrato, nem

protecção legal, nem segurança social. Os familiares que trabalham nas empresas sem contrato também fazem parte dos empregados informais²⁸.

Os microempresários vivem na penúria

Apesar de tanto a economia formal como a informal serem concebidas como duas realidades distintas, na prática estão intimamente ligadas, uma à outra, de várias maneiras. A fronteira entre as duas modalidades económicas é muito imprecisa.

Muitas empresas informais têm contratos relacionados com a produção ou a distribuição com empresas do sector formal²⁹. De facto, muitas empresas formais aproveitam-se de um pessoal sem contrato de trabalho como parte da sua rede de distribuidores, às vezes muito oficial. Este tipo de trabalhadores inclui, por exemplo, os vendedores de jornais ou de gelados que povoam os cruzamentos das ruas nas grandes cidades. Se bem que na realidade não trabalhem directamente para as empresas, podem levar algum tipo de uniforme distintivo – desde um simples colete até um fato completo – fornecido pela empresa. A título exemplificativo, em Santo Domingo o operador francês de telemóveis Orange provia os seus “empregados” informais de um colete cor-de-laranja e uma caixa para vender os cartões de telefone. Assim procurava-se transmitir a imagem de que os vendedores estavam a vender o produto original e não falsificações. Para este tipo de actividade económica “pseudoformal” é típico que os trabalhadores tenham um único empregador que tanto pode ser a escritório local de uma multinacional, como a mercearia da esquina. Sendo assim, não se trata de actividade empresarial propriamente dita.

Um outro grupo de empregados informais no comércio e na distribuição de produtos é constituído por empresários informais. A sua actividade comercial pode envolver até uma só pessoa. Este tipo de empresários pode ter vários clientes ou trabalhar por conta própria, comprando e vendendo produtos. Os vendedores podem trabalhar num sítio fixo ou andar pela cidade. Para além da venda, outras formas importantes do trabalho informal incluem o sector de serviços, como os empregados de limpeza, sapateiros, canalizadores, electricistas, engraxadores, carregadores e guarda-carros. Também existe trabalho informal nas manufacturas onde os empresários produzem e vendem os seus próprios produtos. Este tipo

de trabalho pode incluir, por exemplo, carpintarias e serralharias, assim como casas de costura e de artesanato³⁰.

O crescimento da economia informal não se deve sempre a intenções conscientes de evitar os gastos de registo ou os impostos. Criar um emprego para si mesmo pode ser a única maneira de sobreviver quando não se dispõe de segurança social, nem de seguros para o desemprego. Tão-pouco se evitam os mecanismos oficiais por serem mais caros do que os informais: pelo contrário, muitas vezes resulta mais caro trabalhar de maneira informal. Os microempresários têm de pagar elevados juros, subornos e diferentes pagamentos de licença.

Por outro lado, os microempresários vêm-se obrigados a investir todo o seu capital quase diariamente. A possibilidade do investimento no dia seguinte depende das vendas de hoje, de maneira que quando as coisas vão mal, correm o risco de perder não só a comida de hoje como também as aquisições seguintes. De alguma forma têm de adquirir o dinheiro necessário para comprar mais produtos para vender. A conservação também constitui um problema, sobretudo na região dos trópicos. O horizonte temporal dos microempresários precários é muito curto e a sua capacidade de assumir riscos é limitada pela necessidade de satisfazer, todos os dias, pelo menos as necessidades básicas da família.

As mulheres rurais – heroínas do trabalho informal

A proporção dos auto-empregados no trabalho informal fora da agricultura alcança ou supera, em muitos países, 60 % da população. O resto tem um emprego informal remunerado. Na maioria dos países, as estatísticas não incluem a agricultura, de maneira que se referem exclusivamente ao sector informal urbano.

Se considerarmos também a agricultura, a proporção do trabalho informal aumenta ainda de maneira significativa. O sector informal rural inclui a produção de subsistência invisível para as estatísticas, assim como a produção familiar para o mercado local³¹.

O emprego informal envolve sobretudo as mulheres. Em quase todos os países onde se podem conseguir estatísticas, a taxa de emprego das mulheres no sector informal urbano é mais elevada do que a dos homens, com a excepção dos países árabes³². As mulheres também trabalham muito na produção agrícola de

subsistência, de maneira que a importância das mulheres no âmbito do trabalho informal é até maior do que se vê nas estatísticas sobre o emprego urbano.

Diferentes formas da economia livre

A actividade económica informal compõe-se de todas as actividades económicas que se praticam fora das regras do poder oficial podendo igualmente receber a denominação de “economia livre” e que também inclui a construção informal, isto é, todo o tipo de construção de casas e prédios que não cumpre os regulamentos vigentes. A maioria das habitações nos bairros pobres das grandes cidades é deste tipo de construções informais ou ilegais. Os chamados bairros pobres são aquelas zonas que se caracterizam não só pela falta de acesso à água potável, à canalização e a infra-estruturas em geral, mas também pelo mau estado das casas, pela sobrepovoação e pela insegurança respeitante à propriedade e ao aluguer das habitações³³.

Apesar da escassez de bancos nos bairros pobres e nas zonas rurais, os seus habitantes tentam economizar tudo quanto podem³⁴. No entanto, estas poupanças feitas fora dos mecanismos financeiros oficiais não se vêem nas estatísticas. Tradicionalmente as poupanças podem acumular-se também, por exemplo, criando um porco em casa ou construindo uma casa aos poucos: começa-se pelo tecto, depois se se tiver um pouco de dinheiro extra e se se conseguir mais, continua-se com o chão. Talvez os amigos ou colegas possam emprestar um pouco de dinheiro através de um grupo de crédito” informal, do tipo “xitique”. O ponto fraco de tais mecanismos de poupança é que o dinheiro não pode ser investido de uma maneira eficaz em actividades produtivas³⁵.

Os juros reais dos agiotas podem ser astronómicos e os prazos de pagamento costumam ser curtos. Este tipo de financiamento informal resulta, com frequência, mais caro do que o financiamento oferecido aos empresários dentro do sistema formal. A nível anual, os juros podem ascender até 1000 % da quantia emprestada pelo agiota³⁶.

Nas definições de economia informal, é preciso ter em conta a diferença entre as actividades económicas de sobrevivência, o auto-emprego ou os trabalhos comunitários tradicionais e, por outro lado, as actividades de organizações ilegais, como o narcotráfico. Por exemplo, na Tailândia, o sector ilegal tem uma

grande importância económica. Inclui o narcotráfico, os jogos de azar, a prostituição, o contrabando da mão-de-obra estrangeira, do petróleo e das armas³⁷. Por outro lado, na economia informal também participam muitos actores registados que se esquivam da lei para reduzir os seus gastos³⁸. O vínculo entre a economia criminal e a formal pode ser muito significativo. A introdução de dinheiro ilegal na economia formal, de maneira a que possa ser investido como capital oficial para o lucro do proprietário, é conhecida como “lavagem de dinheiro”.

Os serviços públicos discriminam o sector informal

Os pobres urbanos vivem num mundo fora das leis, invisível nos mapas. Não dispõem de serviços de saúde, nem de outros serviços públicos, mas também não pagam impostos. Oficialmente, estas pessoas não existem. Os que desempenham o papel das autoridades locais são os mafiosos ou outros “donos do bairro”, em vez dos membros da câmara municipal. Os representantes do sistema formal, muitas vezes, nem se atrevem a entrar nessas zonas, nem procuram reforçar a sua autoridade. Os habitantes nunca podem ter a certeza da propriedade das suas habitações. São obrigados a manejar a situação, como melhor puderem, no mercado paralelo, caro e desregrado. Não podem participar na maioria das instituições formais da sociedade. Como não têm um endereço oficial, não têm acesso aos serviços sociais ou sanitários, nem à formação. Em vez de tentar ajudar estas pessoas, os governos podem até expulsá-las de casa e negar-lhes as condições básicas da vida, a habitação e os rendimentos³⁹.

Apesar de se prestar cada vez mais atenção ao sector informal no planeamento da política de desenvolvimento, ele continua a ser considerado como uma entidade completamente separada dos outros sectores económicos. Os seus vínculos com a economia formal são ignorados, de maneira que não se chega a uma visão geral da situação económica do país. Para dar um exemplo, na política do comércio externo não se presta atenção à protecção dos bens produzidos na economia informal. Em geral, a política económica concentra-se na protecção das grandes empresas, com vantagens fiscais e alfandegárias, subvenções e financiamento, o que demonstra claramente que a integração da economia informal na economia nacional não é, em muitos países, uma prioridade para o governo, apesar de a maioria das pessoas ganhar a vida fora das redes formais⁴⁰.

Em muitos países, o governo não presta muita atenção às melhorias do transporte, dos serviços sanitários, da electrificação ou do abastecimento de água nas zonas com um alto nível de actividades económicas informais. Os bairros pobres são demolidos, às vezes até sem se prevenir os habitantes. Muitas vezes os empresários informais são vítimas de perseguição ou hostilidades e os vendedores de rua são obrigados a pagar subornos para garantir a sua protecção. Afinal de contas, o exercício de actividades empresariais na economia informal pode resultar muito mais caro do que no sistema formal⁴¹.

Problema ou solução?

Há quem enfatize as diferenças qualitativas entre a actividade económica informal e a formal, sendo a primeira considerada como mais recíproca, justa e moral do que a economia “formal e capitalista”. Por exemplo nos países africanos há muitos empresários que procuram limitar a concorrência e compartilhar as formas de produção ou comercialização entre si. Um cliente pobre pode obter um desconto, ou o curandeiro local pode solucionar um problema sem cobrar. Uma irregularidade ocasional nos pagamentos pode ser perdoada, já que qualquer pessoa pode um dia ter um problema e necessitar de ajuda⁴².

O carácter solidário da economia informal é, no entanto, apenas um lado da moeda e não deve ser sobrestimado por razões ideológicas. Como vimos, a actividade económica informal traz consigo também muitos inconvenientes. Os trabalhadores estão expostos a diferentes tipos de abusos, e as piores formas do trabalho informal são o trabalho forçado, o trabalho por dívida e a escravidão. Muitas vezes os empregados trabalham em condições de má higiene, correndo o perigo de estarem expostos a contaminações e a substâncias tóxicas⁴³.

O nível salarial no trabalho informal costuma ser baixo, ainda que às vezes seja possível ganhar até melhor do que num emprego formal⁴⁴. Mesmo assim, o trabalho informal parece estar vinculado de maneira muito clara à pobreza, à desigualdade de rendimentos, às más condições de trabalho e à falta de segurança⁴⁵.

No entanto, a actividade económica informal não é exclusivamente um fenómeno negativo: é também uma forma de sobrevivência. As ruas das grandes cidades dos países em vias de desenvolvimento estão cheias de pequenos

empresários cuja actividade dá origem a pequenas e a médias empresas, à criação de emprego e bem-estar económico. As famílias lutam contra impedimentos quase insuperáveis e constroem casas, aparentemente a partir do nada. Por estas razões, Hernando de Soto fica indignado quando alguém lhe diz que estes “empresários heróicos” aumentam a pobreza a nível global⁴⁶. Para de Soto, eles não representam o problema, mas a solução, e manter estas pessoas fora do capitalismo é uma forma activa de empobrecimento. Como não possuem património formal, não importa quanto trabalham ou quanto ganham: não podem ter êxito numa sociedade capitalista. Estão fora do alcance dos “radares” políticos e das estatísticas oficiais, de maneira que são, de certo modo, invisíveis para a sociedade. Não é só a falta de instituições apropriadas, mas é também a exclusão de uma parte da população da formação, aconselhamento, obtenção de licenças, direito de propriedade e direito de expressar a sua opinião.

De um ponto de vista global, a economia formal e a informal funcionam em conjunto e estão estreitamente vinculadas uma à outra, em todas as partes do mundo. A questão-chave é se esta interacção traz consigo mecanismos empobrecedores. Quando as maiores entidades económicas, assim como a maioria das pessoas dos países ricos, actuam no âmbito da economia formal, é preciso perguntar-se se aqueles que estão fora do sistema não podem participar na globalização da economia de mercado e aproveitá-la em igualdade de oportunidades.

As estratégias de sobrevivência das comunidades locais

A nível mundial, a maioria dos pobres ainda ganha a vida na agricultura de subsistência⁴⁷. Produzem fundamentalmente para o seu próprio consumo. Na vida diária, tomam decisões com base no conhecimento e nas habilidades existentes no seu meio-ambiente, aproveitando os recursos naturais e humanos e os bens materiais que estão à sua disposição. A criação de bem-estar está, para eles, vinculada à criação da identidade social, cultural e política. As formas locais da vida comunitária constituem, para além de uma fonte de bem-estar material, uma importante base para a identidade cultural. Não é possível promover um desenvolvimento real se não se entenderem e não se tomarem em conta as características específicas de cada comunidade ou os costumes locais e as redes sociais que ajudam os membros da comunidade a superar as dificuldades da vida diária.

Na agricultura de subsistência a produção e a produtividade são baixas. As ferramentas utilizadas no cultivo são muito simples e os investimentos de capital são pequenos. Os factores de produção mais importantes são a terra e a mão-de-obra. Na economia de subsistência rural, a vida está cheia de riscos e de insegurança. O objectivo fundamental da produção é garantir a sobrevivência. Sendo assim, para os pequenos camponeses o mais importante não é maximizar a produtividade, mas as possibilidades de sobrevivência da sua família. Quando o que está em jogo é a vida da família, a pessoa procura minimizar os riscos e evitar novas experiências e invenções⁴⁸.

É preciso entender como é que as pessoas procuram maximizar as suas possibilidades de sobrevivência. A economia rural, que funciona através das redes das famílias de camponeses, pode ser considerada como uma actividade solidária, baseada nas práticas e nas formas de organização social tradicionais. O trabalho baseia-se mais no conceito de voluntariedade solidária do que na maximização do lucro pessoal de cada um: o objectivo é criar trabalho e não acumular capital. Não se trata somente de uma diferença quantitativa ou legislativa em comparação com a economia formal, mas também de uma diferença qualitativa, já que a actividade económica se baseia no trabalho conjunto e na propriedade colectiva dos factores de produção. Os rendimentos das actividades podem ser investidos no desenvolvimento da comunidade ou distribuídos entre os seus membros⁴⁹.

O indivíduo e a economia comunitária

A maior parte do trabalho dos seres humanos tem como objectivo o benefício material, ainda que não possa ser negado que o trabalho também produz satisfação pessoal e outro tipo de benefícios. A pessoa não se esforça por realizar um trabalho caso não o considere benéfico para si mesma ou para qualquer outra pessoa que considere ter direito a desfrutar do rendimento do seu trabalho. O conceito de trabalho comunitário pode parecer estranho para aqueles que vivem numa sociedade individualista, mas numa comunidade pequena, onde toda a gente se conhece, o esforço pelo bem comum pode ser um óptimo incentivo para melhorar as condições de vida. Numa comunidade unida, os rendimentos do trabalho destinam-se sempre às pessoas que têm direito a desfrutar deles. No entanto, este requisito não se satisfaz necessariamente numa comunidade maior: os benefícios

obtidos do trabalho têm de ser locais e divididos de maneira justa entre os membros da comunidade. A economia comunitária baseia-se na lealdade e na igualdade entre os membros do grupo⁵⁰.

A actividade económica comunitária corre o risco de extinção devido à expansão do individualismo, ou quando os indivíduos descobrem as possibilidades do comércio em maior escala. A economia comunitária, baseada na confiança e na lealdade, costuma funcionar bem quando as condições são estáveis. O sistema comunitário pode adaptar-se às mudanças, mas na condição de estas mudanças serem benéficas para todos. No entanto, tal condição não é típica do desenvolvimento económico⁵¹.

Nas sociedades mais antigas, a unidade de trabalho era a família, o clã, a associação ou algum outro grupo parecido. Estes grupos constituíam uma espécie de “cooperativas económicas”. O trabalho conjunto tinha as suas vantagens, sobretudo nas comunidades auto-sustentáveis, já que lhes oferecia protecção e segurança. Uma família numerosa é uma forma eficiente de segurança social numa sociedade que vive ao nível da subsistência. Do mesmo modo, nas sociedades onde é difícil ter confiança nos outros, a família oferece uma possibilidade de aumentar a produção e a produtividade. É muito comum que os camponeses se agrupem para realizar trabalhos colectivos na machamba de alguém, ou para construir a casa de alguém. Porém, a produção comunitária não pode tornar-se muito extensa, já que se baseia na mútua confiança e no sentimento de unidade entre os membros do grupo⁵².

Os membros da comunidade podem partilhar os problemas que ameaçam a existência de toda a comunidade. A sobrevivência de um dia para o outro é a força motriz de toda a actividade económica. Os membros da comunidade estão conscientes de que o futuro de cada um depende da sobrevivência dos outros. Em tal situação, os valores que guiam a actividade económica não são ditados pelo mercado, mas pela comunidade ou pela família⁵³. Em vez de economia de mercado ou de economia planeada poder-se-ia falar de uma “economia de subsistência”.

Aquando da migração para as cidades, as velhas estratégias de subsistência têm de ser adaptadas às novas condições. Para manter a reciprocidade e a confiança mútua, necessitam-se de outros mecanismos mais claros, já que o funcionamento dos grupos não se baseia necessariamente no sentimento de unidade com a família, o clã, a etnia ou alguma outra entidade⁵⁴.

O direito à terra e aos recursos naturais

O mistério do capital

O capital é necessário para a especialização, a produção e o intercâmbio económico no mercado expandido. Constitui uma fonte para o crescimento da produtividade e para o bem-estar de uma nação, mas não equivale a uma massa estável de bens materiais, senão se trata de um potencial que se pode investir de novo na produção. Este potencial é uma entidade abstracta que não pode actuar livremente se não for processada e associada a algo palpável. Muitas vezes, o capital é confundido com o dinheiro, mas na realidade o dinheiro é apenas uma das formas em que o capital se materializa. O capital não está ligado ao dinheiro, e uma grande parte do “mistério do capital” desaparece se não pensarmos nele em termos de dinheiro⁵⁵. No Ocidente, o capital é criado através de processos imperceptíveis que fazem parte dos sistemas de propriedade. Os processos, práticas e regulamentos que fazem com que uma propriedade seja oficial também possibilitam que essa propriedade funcione como capital activo.

Com a criação de um sistema de propriedade legal, os Estados trocaram o sistema natural de propriedade por um sistema de capital conceptual. No Ocidente, as complexas estruturas jurídicas e empresariais surgiram para limitar a participação dos actores e diminuir a insegurança da interacção social. Tais estruturas incluem os direitos de propriedade estritamente definidos e implementados, os convénios e as fianças formais, as marcas registadas, a responsabilidade limitada dos accionistas e a legislação sobre falência. Nos países em desenvolvimento, tais mecanismos formais são fracos ou inexistentes⁵⁶.

A contribuição do património formal ao desenvolvimento económico não é a protecção da propriedade, como comumente se pensa. A verdadeira revolução é a melhoria da comunicação vinculada ao património formal e ao seu potencial. Os proprietários convertem-se em “actores económicos”, os quais podem transformar o seu património dentro de uma rede maior. Os sistemas de propriedade garantem as actividades económicas das pessoas. Ao mesmo tempo, o património responsabiliza os seus donos: eles podem ser localizados e reconhecidos

e tornam-se responsáveis pelo capital que lhes pertence. O poder do património formal está estritamente ligado à responsabilidade económica. Os proprietários vêem-se obrigados a cumprir as suas promessas, porque o seu património pode ser localizado, podem perder a sua credibilidade económica e podem-se exigir-lhes juros de atraso, multas ou pagamento de alimentos⁵⁷.

Uma das vantagens do património formal é a possibilidade de o dividir e o combinar. Os numerosos proprietários de uma fábrica, por exemplo, podem comprar e vender acções sem que estas actividades económicas tenham um efeito palpável no funcionamento da fábrica. No entanto, nos países em desenvolvimento, a maioria da não possui património formal, de maneira que não pode estabelecer acordos produtivos com desconhecidos, obter crédito nem realizar outro tipo de transacções económicas, a não ser com familiares ou amigos⁶⁸.

O capital é criado mediante o sistema de propriedade formal, razão pela qual manejar qualquer tipo de património no mercado se torna muito difícil caso ele não faça parte desse sistema. Esta é uma diferença fundamental entre os países ocidentais e a maioria dos países em vias de desenvolvimento. No Ocidente, o património é estritamente regulado e registado. Só os países do Ocidente e as classes endinheiradas dos países em desenvolvimento são capazes de possuir e registar património de maneira formal: por outras palavras, só essa minoria pode produzir e investir capital de maneira eficiente. Os investidores estrangeiros e locais são uma pequena minoria, e a maioria da população dos países em desenvolvimento fica fora do “clube privado” do capitalismo⁵⁹.

Segundo Hernando de Soto, uma solução fundamental para os problemas dos países em desenvolvimento seria a formalização dos direitos de propriedade. A sua argumentação no que diz respeito às razões do fracasso do capitalismo fora dos países ocidentais é muito convincente⁶⁰.

Apesar de um certo peso ideológico, as ideias de Soto sobre a criação de património são, sem dúvida, relevantes⁶¹. No entanto, os direitos de propriedade formais não resolveriam os problemas internos da economia de mercado. Não acabariam com a desigualdade nos rendimentos, nem com a pobreza. A inclusão real da maioria da população dos países em desenvolvimento na sociedade, em igualdade de oportunidades, requer um papel activo do Estado na formação, nos serviços de saúde, distribuição de rendimentos e na legislação. Uma parte fundamental desta inclusão é a integração da economia informal como parte da



ROSA, a Rede de Organizações para Soberania Alimentar, é uma rede que facilita a criação de um Moçambique onde o povo e a comunidade definem as políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, para garantir o direito à alimentação adequada para a população, respeitando as suas próprias tradições e técnicas de cultivo.

O direito de acesso à terra – o capital mais importante nas zonas rurais – e políticas apropriadas de promoção da agricultura sustentável são questões chaves para este fim.

sociedade “formal”. É difícil, no entanto, que isto aconteça sem o apoio do Estado. Como os governos dos países em desenvolvimento não tomaram medidas adequadas, tem de se exercer pressão através das organizações da sociedade civil.

Um novo sistema de propriedade?

A probabilidade de conflitos pode aumentar se se começar a construir um sistema único de propriedade com medidas impostas pela elite política e económica, sem ter em conta as condições específicas de cada comunidade. A visão da pequena elite que está no poder não corresponde a um consenso abrangente, ainda que corresponda à visão do governo do país. Nos países em desenvolvimento, as grandes massas viveram sempre fora da democracia formal.

O desafio é a criação de um sistema de propriedade que permita o pluralismo e que garanta tanto a propriedade comunitária, como os direitos dos povos indígenas aos recursos naturais. Sendo assim, trata-se de um imenso trabalho legislativo que requer uma considerável vontade política. O resultado não será necessariamente o mais eficiente em termos económicos, mas pode satisfazer as necessidades e, ao mesmo tempo, ser mais sustentável e justo do que o modelo actual.

A introdução do dinheiro, do comércio e do individualismo nas comunidades mais isoladas traz consigo uma nova lógica e põe em andamento um processo de mudança difícil de travar. No entanto, não se deve romantizar as coisas. É possível que muitas pessoas que vivem nestas comunidades desejem ligar-se ao desenvolvimento do mundo exterior, enquanto outras preferem manter o isolamento. Não podemos impor a nossa visão de fora, pensando “fiquem eles lá na selva, já que a vida deles é muito mais rica e bela do que a nossa, cá nas grandes cidades”. Do mesmo modo, também não se deve impor a estas sociedades a integração na sociedade de consumo⁶².

Se for necessário sacrificar o estilo de vida tradicional, por exemplo, em nome da redução da pobreza, as pessoas envolvidas devem ter a possibilidade de participar na tomada de decisões sobre o seu futuro. Não se pode recusar a modernização por causa da opinião dos políticos, dos chefes religiosos ou de outras pessoas que queiram encerrar as culturas tradicionais em museus⁶³. As comunidades indígenas devem decidir, elas mesmas, como é que vão viver no futuro. Por exemplo, os indígenas da costa nicaraguense vivem na actualidade, conhecem o uso do dinheiro e possuem informação e conhecimentos tecnológicos. Sabem o que querem, mas foram-lhes negados o espaço e as possibilidades para realizar as suas visões.

Informação como capital

As ideias e a informação converteram-se num factor cada vez mais importante no comércio. A maior parte do valor dos novos produtos de alta tecnologia baseia-se em inventos, inovações, investigação, desenho e experiências. Uma proporção cada vez mais importante do património é criada através do comércio de produtos que contêm muita informação e inovação. Desta forma, a informação pode ser considerada como um dos factores de produção mais relevantes. A propriedade

deste factor é uma questão muito relevante do ponto de vista da criação e da distribuição dos recursos económicos.

A legislação actual de patentes e direitos imateriais, elaborada exclusivamente do ponto de vista dos países industrializados, tem sido alvo de fortes críticas. Por causa desta legislação, a herança colectiva da humanidade, assim como os diferentes recursos naturais, flutuam livremente do Sul ao Norte, para voltar no sentido contrário, em forma de propriedade privada, protegida por patentes e leis. A legislação vigente nos países industrializados está baseada, em grande medida, na pressuposição de que a informação é algo que deve ser protegido para incentivar as inovações, a investigação e o desenvolvimento de produtos. No entanto, a concepção do conhecimento e dos recursos naturais como propriedade privada é alheia às comunidades indígenas. Este conflito entre os diferentes sistemas pode acelerar os roubos de informação às comunidades e ter consequências graves quanto à protecção da diversidade das comunidades e da natureza⁶⁴.

O Acordo sobre Aspectos dos Direitos da Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (ADPIC) da Organização Mundial do Comércio pode considerar-se como uma ferramenta para a privatização do património intelectual comum e como a continuação de uma longa série de actos de apropriação de recursos comuns, começada pelo processo de colonização. Para Vandana Shiva, a actividade exercida pelas companhias multinacionais é uma forma de roubo de informação e biopirataria, devido à qual centenas de plantas medicinais e alimentícias correm o risco de serem patenteadas por companhias ocidentais. Na Índia, milhões de comunidades tradicionais têm vindo a aproveitar a biodiversidade como um recurso comum para todos durante muitos séculos. A criatividade acumulada das comunidades formou a base da cultura e da economia locais. As necessidades dos seres humanos foram satisfeitas com base na sabedoria ancestral sobre o uso das plantas medicinais, agricultura e pesca⁶⁵. A subsistência destas comunidades vê-se ameaçada se os seus membros forem obrigados a pagar pelo uso do antigo património comum.

O problema é que a legislação sobre direitos imateriais não reconhece as formas tradicionais de propriedade comunitária, mas destaca o carácter privado da propriedade de conhecimento, como se a informação fosse algo que existe no tempo e espaço de maneira isolada. O conhecimento é, por definição, um bem comunitário que se acumula sobre as inovações anteriores. O património intelectual das comunidades indígenas não se pode transformar em mercadoria:

pertence a todos os membros da comunidade. Por isso, será necessário criar formas de protecção de direitos imateriais pluralistas que protejam os sistemas e as práticas de património intelectual dos povos indígenas e os meios de vida neles baseados⁶⁶. Devem-se encontrar novas soluções legislativas sobre a propriedade do conhecimento. Sem este tipo de medidas, é provável que haja mais conflitos entre as empresas que actuam na economia de mercado “formal” e as comunidades que vivem nas suas margens, em detrimento destas, já que a sobrevivência na periferia do sistema dominante é muito difícil.

Há quem considere o sistema ocidental de protecção de direitos imateriais como incompatível, desde o princípio, com o carácter do conhecimento tradicional. Os direitos imateriais baseiam-se no isolamento de um fragmento de informação do contexto original em que surgiu. O conhecimento tradicional é indivisível e destrói-se ao ser isolada da comunidade social, económica, cultural e espiritual da qual forma uma parte orgânica⁶⁷.

É possível que a protecção da informação tradicional exija também a protecção dos povos indígenas e do seu estilo de vida, assim como o fortalecimento da sua autonomia em matéria de terra e cultura. O desenvolvimento dos sistemas de propriedade de informação deveria partir deste princípio e seria necessário adoptar como base da legislação o direito consuetudinário das comunidades.

As entidades interessadas no uso dos recursos naturais possuem recursos, tanto económicos, como tecnológicos. Estes investidores operam no contexto da economia formal, razão pela qual necessitam de uma protecção efectiva de direitos de propriedade. Nos países em desenvolvimento, os arranjos fora das leis compõem-se de regras retiradas da legislação vigente, improvisações ad hoc, práticas antigas e costumes locais. Tudo isto é mantido unido por um contrato social, adoptado pela comunidade e vigiado pelos líderes eleitos por membros da comunidade. No entanto, este tipo de propriedade não funciona como capital fora da comunidade⁶⁸.

A lógica das reformas económicas é funcional e coerente, sob a condição de que o desenvolvimento económico que se quer promover nestes países seja de carácter capitalista. A questão-chave é se as pequenas comunidades auto-sustentáveis podem sobreviver na economia de mercado. Há espaço para estilos de vida alternativos? A propriedade comunitária⁶⁹ e o uso sustentável de recursos naturais podem ser integrados no capitalismo moderno?

Soluções da economia formal

O objectivo de muitos governos dos países em desenvolvimento tem sido a integração do país na economia global. Na realidade, a inclusão dos cidadãos que vivem nas economias nacionais dos países em vias de desenvolvimento continua a ser marginal. Ao lado do sector “global”, de propriedade tanto nacional como internacional, coexistem as empresas nacionais e estatais que actuam exclusivamente no mercado internacional. Este sector é, em muitos países em desenvolvimento, pequeno e fraco. Até hoje, os modelos económicos não só não têm conseguido levar em conta as grandes massas de pessoas, como até, em muitos casos, têm tirado a base do sustento tradicional das comunidades. Este fenómeno observa-se no aumento da desigualdade, na lentidão do processo de redução da pobreza e num descontentamento social e político em geral.

De abstracções económicas a seres humanos

Por que é que os avanços da política económica das últimas décadas são tão escassos nos países em desenvolvimento? Uma das explicações é que uma parte das pessoas não é incluída na análise política, razão pela qual os principais objectivos da economia política também não são seleccionados do ponto de vista dessas pessoas. Como consequência, os benefícios que aos poucos lhes chegam são escassos ou até inexistentes.

A partir do século XVII, a ideologia de medição tem um papel central na justificação do sistema económico e político vigente. Só as coisas que podem ser medidas e reduzidas a números têm uma existência real, e as medições desmentem as nossas sensações e percepções do mundo⁷⁰. A observação da macroeconomia, do comércio exterior e dos investidores a nível de Estados deixa de fora uma grande parte da realidade dos países em desenvolvimento. É certo que até o mais pobre dos trabalhadores sazonais sem terra é uma parte microscópica das correntes económicas globais, mas quanto mais alto for o nível de abstracção, mais distante será a visão da realidade. E quanto mais longe estivermos da vida real dos outros, mais difícil se tornará planificar a redução da pobreza dessas pessoas⁷¹.



Ao falar-se dos interesses de um país, é fácil confundir os interesses da elite económica com os do povo inteiro. A realidade do pequeno sector formal é muito diferente do dia-a-dia dos camponeses nas zonas rurais. 80 % da força laboral moçambicana continua a ganhar a vida na agricultura.

Devemos adoptar como ponto de partida da análise o sustento e o trabalho da população maioritariamente rural, e seus interesses e as suas prioridades; como ilustra a imagem dos membros da união distrital de camponeses em Mecufi, UDACC, que aqui estão a aprender formas de preservação e conservação de alimentos, com apoio da KEPA

Tomemos como exemplo um dos países menos desenvolvidos do mundo, Moçambique⁷². Segundo a Comissão Económica da ONU para a África (UNECA), o país está no meio de uma mudança estrutural da economia, onde a indústria se vai convertendo no sector económico mais importante do país. A proporção do PIB da agricultura desceu de um terço, no início dos anos 90 para, em 2001, representar 20 %. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da produção de alumínio, gás e electricidade contribuiu para o crescimento da indústria⁷³. No entanto, trata-se ainda de uma mudança na estrutura do PIB, não de uma mudança real na estrutura da economia. Uma maioria absoluta, 80 % da força laboral moçambicana,

continua a ganhar a vida na agricultura⁷⁴. A agricultura de subsistência é o sustento principal da população e a pedra angular da economia.

Se adoptarmos, como ponto de partida da análise, o sustento e o trabalho da população, mudamos radicalmente o rumo da política de desenvolvimento. O exercício mental é mais difícil, leva mais tempo e resulta muito mais revolucionário do que se poderia pensar. Temos é de descer dos “todo-o-terreno” com ar condicionado e tratar de ver e perceber como vivem as pessoas.

Ao falar-se dos interesses de um país em desenvolvimento, é fácil confundir os interesses da elite económica com os do povo inteiro. A realidade do pequeno sector formal dos países em desenvolvimento é muito diferente do dia-a-dia dos camponeses nas zonas rurais. Quando se fala do crescimento do comércio externo ou do PIB de um país, muitas vezes pensa-se que o crescimento está a beneficiar todo o país. No entanto, não existe nenhum mecanismo automatizado que garanta a justa distribuição dos benefícios. Em muitos países em vias de desenvolvimento, a distribuição de rendimentos é extremamente desigual⁷⁵.

Analisar o PIB ou as correntes do comércio entre os Estados também pode dar uma imagem equívoca da realidade, em vários sentidos, pois ignora a importância do comércio e da economia local. A análise dos dados sobre os rendimentos do comércio externo não toma em conta onde e como os cidadãos trabalham e ganham a vida. O valor da produção total é determinado pela oferta e pela procura do mercado e não pelo trabalho real das pessoas. Com o uso de maquinaria e mecanismos automatizados e com uma mão-de-obra reduzida, a produtividade pode ser até dezenas de vezes maior do que na produção agrícola de subsistência que dá emprego a um grande número de pessoas. No entanto, quando se fala da pobreza das pessoas não se deve esquecer onde e como ganham o sustento⁷⁶.

À procura de alternativas

O conceito de “globalização económica” sofreu um uso abusivo, razão pela qual vale a pena começar por fazer alguns esclarecimentos⁷⁷. O progresso tecnológico dos últimos anos causou um encurtamento do tempo e do espaço, graças ao desenvolvimento tecnológico dos meios de transporte e de comunicação. Este desenvolvimento tecnológico possibilitou o crescimento feroz das actividades internacionais dos actores económicos. Apesar de ser praticamente impossível travar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a liberalização do comércio e das correntes de financiamento é uma decisão político-económica. Existem várias alternativas e possibilidades de tomar decisões conscientes. A globalização económica não é uma força cega nem descontrolada⁷⁸.



O Banco Mundial continua a ser um dos actores mais significativos na economia global. Mas o Banco não é isolado do mundo. Aqui estão os seus representantes reunidos com o Grupo Moçambicano da Dívida, em Março de 2007, para dialogar sobre os condicionalismos do seu apoio financeiro para Moçambique. Com base nestes diálogos e na sua análise interna, o Banco Mundial hoje enfatiza conceitos tais como o desenvolvimento sustentável, a nova teoria do desenvolvimento, o capital social e a criação e a manutenção de instituições adequadas.

Auge e declínio de paradigmas

Os que acreditam firmemente no poder do mercado estão convencidos de que o seu modelo económico é a única solução funcional. Para eles, o que limita a quantidade de possibilidades são as leis económicas reais. A economia tem sido apresentada como uma ciência distinta e o mais longínqua possível da política, com as suas próprias leis absolutas e politicamente imparciais⁷⁹. Para Milton Friedman, prémio Nobel de Economia, a economia pode ser, e é, uma ciência objectiva, como qualquer ciência natural⁸⁰.

No entanto, a política não desapareceu da economia. A adopção da fé no mercado livre é uma decisão sumamente política. Trata-se, também, de uma redução do número das escolas económicas concorrentes, comparado, por exemplo, com as décadas de 1950, 1960 e 1970, quando a economia fazia parte da política e a política da economia de maneira mais aberta do que hoje em dia.

Durante as últimas duas décadas, os mecanismos do mercado foram prescritos para os países em desenvolvimento especialmente pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial e pelos bancos de desenvolvimento regionais. Muitos dos dissidentes da globalização económica e também a OMC consideram estas entidades, como os mais zelosos pregadores da política económica neoliberal. Mas será que estes dinossauros da economia internacional são tão significativos como nos dão a entender?

O debate sobre o desenvolvimento avança continuamente, mas o Banco Mundial continua a ser criticado por pregar a sua política económica neoliberal. No entanto, o Banco já mudou ou abandonou muitos dos seus dogmas originais. Os economistas do Banco Mundial não vivem isolados dos círculos académicos nem de outras comunidades que pensam nas questões de desenvolvimento⁸¹. Ao longo dos anos, o pensamento de desenvolvimento mudou dentro do próprio Banco Mundial. Hoje em dia enfatizam-se conceitos tais como o desenvolvimento sustentável, a nova teoria do desenvolvimento, o capital social e a criação e manutenção de instituições adequadas⁸². Este pensamento continuará a desenvolver-se, e os temas que hoje se destacam não serão a última verdade⁸³. As ideias da corrente dominante do pensamento de desenvolvimento não são eternas.

Então, será que é possível alcançar um estatuto paradigmático no pensamento de desenvolvimento, do mesmo modo que nas matemáticas, na

astronomia ou na química? Será que as ideias da economia neoclássica já se converteram numa ciência normal, de maneira a que já não se questionam os seus fundamentos? Será fundamental o estudo de novos fenómenos, ou será que os problemas são tratados apenas dentro do mesmo paradigma? Muitos dos axiomas da fé no mercado já entraram nos livros de estudo como parte da economia neoclássica, e assim foram disseminados fora do âmbito das ciências económicas⁸⁴. Pouco a pouco, as ideias pouco ortodoxas vão desaparecendo do ensino básico e universitário para se converterem em peças de museu⁸⁵. Há relativamente pouco tempo, qualquer economista jovem era capaz de reconhecer as situações onde os mecanismos de mercado tinham os seus pontos fracos. A mesma lista de debilidades repetia-se em todos os livros de estudo. Hoje em dia, a referência às possíveis fraquezas do mercado é considerada como antiquada e contrária à cultura actual⁸⁶.

Muitas vezes a mudança de paradigma não é uma solução racional, mas algo que se pode equiparar inclusive a uma mudança religiosa. A verdade vigente só é questionada quando há uma crise, e, nessa altura, os partidários de um novo paradigma tentam mostrar a sua capacidade de solucionar os problemas melhor do que a ideologia antiga⁸⁷.

A inexistência de alternativas político-económicas é, em parte, ilusória. Há poucas alternativas devido ao facto de as soluções serem procuradas sempre dentro do paradigma actual. Sendo assim, a verdade vigente das super-instituições da economia internacional limita, de maneira concreta, a busca de soluções a nível nacional e internacional, por exemplo, para os problemas da dívida, das estruturas da economia global e do manejo das crises económicas.

Necessidade de uma perspectiva histórica

A solução para os problemas de desenvolvimento não é a preto-e-branco, mas contém vários matizes. Na prática, até agora nenhum país deu passos significativos adoptando as fórmulas teóricas dos livros. As dicotomias tradicionais – estratégias de desenvolvimento do comércio exterior versus interior, sector privado versus público, mercado livre versus regulamentado – não oferecem soluções para os problemas. As histórias de êxito são, muitas vezes, resultado de uma mistura de ortodoxia e heresia político-económicas, como se pode observar, por exemplo,

nos países da Ásia Oriental⁸⁸. Requerem-se soluções à medida das necessidades locais.

Existe uma certa tendência para crer que, devido à globalização da economia, hoje em dia o mundo é, todo ele, homogéneo. Esta percepção é, em grande parte, errónea. Grande parte da população global vive em condições muito diferentes das dos países industrializados. Não obstante, não deveríamos olhar para trás. Os países em desenvolvimento não deveriam tirar uma lição da história anterior dos países industrializados? Por que os países pobres deveriam aspirar aos mesmos objectivos de desenvolvimento que os países ricos, utilizando os mesmos meios, mas de um ponto de partida totalmente diferente? Sem uma política económica desenhada para as necessidades dos próprios países em desenvolvimento, é provável que continuem sempre atrasados comparados com os países ocidentais.

A economia neoclássica, apesar de tudo, nega categoricamente o raciocínio indutivo e empírico, de maneira a que o debate sobre o desenvolvimento tornou-se a-histórico. A literatura sobre o desenvolvimento está cheia de frases teóricas do tipo “o livre comércio beneficia todos⁸⁹”. Ora bem, será conveniente abandonar, por um momento, os modelos teóricos e as tentativas desesperadas de os variar e ir ver como a realidade é.

Uma visão da realidade

A criação de instituições próprias e de processos endogénicos do desenvolvimento é considerada como a chave para um nível de desenvolvimento mais alto. Os actuais países industrializados puderam realizar a sua própria política económica e social de maneira muito mais independente do que os países hoje em vias de desenvolvimento. Chegaram ao seu estado actual através de um processo de ensaio e erro. Não é possível criar uma instituição baseada nas normas ditadas de fora, sem adaptações locais. A formulação destas adaptações requer um papel activo do Estado e da sociedade civil. Por isso, necessita-se de uma cooperação que promova o ensaio e a criação de instituições. Necessita-se de menos consenso universal e de mais espírito de experimentação⁹⁰.

Pelo contrário, não se necessita de receitas globais que sejam válidas e respeitadas sob qualquer circunstância. Actualmente muitos países em desen-

volvimento podem escolher uma só alternativa. Estes países necessitam dos seus próprios pensadores, cujas ideias provêm dos seus próprios pontos de partida e da realidade dos seus países. Também precisam de espaço para realizar estas experiências.

Quanto mais longe nos perdemos na macroeconomia e nas questões político-económicas globais, mais nos afastamos da realidade diária e dos problemas das pessoas que estão a lutar pela sua sobrevivência.

O facto de uma grande parte da população dos países em vias de desenvolvimento viver fora das estruturas formais da sociedade explica, em parte, o fracasso total ou parcial das medidas da política económica ou de desenvolvimento. Seria necessário perceber melhor o funcionamento das economias auto-sustentáveis e da economia informal. Para se poder analisar como é que os benefícios da economia formal podem eventualmente chegar às camadas mais baixas, devia-se focalizar especialmente os pontos de encontro das economias formal e informal.

Para a participação local com os programas de pobreza

Enfatizar o papel da sociedade civil e as características locais é uma tendência que surgiu na corrente dominante da discussão sobre a política de desenvolvimento. O ponto de vista segundo o qual é necessário tomar em conta as condições nacionais ganhou terreno até nas instituições financeiras que costumam pregar doutrinas universais em vez de soluções locais. Espera-se que a inclusão e a participação da sociedade civil melhorem a apropriação das estratégias de desenvolvimento e, assim, os resultados dos programas. A inclusão deste tipo de elementos é uma característica especial dos Documentos de Estratégia da Luta contra a Pobreza, redigidos sob a direcção do Banco Mundial⁹¹.

Destacando as características nacionais, tem-se querido enfatizar que os países em vias de desenvolvimento devem ter, hoje em dia, possibilidades muito mais fortes do que antes para determinarem as suas próprias prioridades de desenvolvimento social. A apropriação pelos países em desenvolvimento da sua própria política nacional⁹² foi-se convertendo num conceito-chave do século XXI, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento.

Hoje em dia muitos dos programas de cooperação para o desenvolvimento incluem – e inclusive têm como requisito fundamental – a criação de diferentes

programas de acção nacionais. Para obter ajuda internacional, os países pobres têm de definir os seus próprios objectivos de desenvolvimento mais importantes.

A política dos PRSP parte do princípio de que se trata de um programa nacional para a redução de pobreza que aproveita as estruturas democráticas existentes no país e no qual participam os próprios cidadãos. Sendo assim, o PRSP deveria reflectir os objectivos dos próprios cidadãos, especialmente dos sectores mais pobres e vulneráveis⁹³.

Apesar de os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, da ONU, terem sido muito aclamados como um quadro global da política de desenvolvimento internacional, também têm vindo a ser criticados. Segundo alguns críticos, estas estratégias globais não tomam em conta, de maneira suficiente, o contexto e as necessidades locais e, em muitos casos, não se baseiam nos verdadeiros mecanismos de desenvolvimento.

A ONU insiste que os Objectivos do Milénio não constituem, como tal, um programa de desenvolvimento que se possa adoptar directamente a nível nacional. A sua intenção é mais criar um quadro de avaliação para a política de desenvolvimento nacional e internacional e não um mecanismo que defina as prioridades políticas dos cidadãos. A ONU afirma também que os Objectivos do Milénio só podem ser alcançados, se realmente forem significativos para os milhares de milhões de pessoas para cujo bem-estar e condições de vida foram criados. Por isso, espera-se que os Objectivos do Milénio façam parte da discussão nos países em desenvolvimento, de maneira a que os diferentes grupos da sociedade civil possam apoiar-se neles e aproveitá-los para exigir reformas políticas aos seus próprios governos⁹⁴.

Apesar da popularização da visão segundo a qual são os próprios países em desenvolvimento os que têm de dirigir os processos de desenvolvimento, esta abordagem traz consigo alguns problemas significativos. As condições e as suposições por trás dos programas de desenvolvimento podem limitar o desenvolvimento endogénico de maneira significativa. Quem estabelece os limites é o paradigma de desenvolvimento vigente.

Segundo muitos estudos, os PRSP contribuíram para a transparência da política nos países em desenvolvimento. Graças a eles, os representantes da sociedade civil têm mais oportunidades de participação e mais influência do que

antes. No entanto, muitos observadores críticos acham que estes processos não contribuíram, de maneira significativa, para o poder político da sociedade civil. Tem-se verificado, também, a falta de ou a pouca participação de muitos grupos ou de movimentos sociais importantes nas primeiras discussões sobre os PRSP. Estes grupos incluem parlamentares, sindicatos, mulheres e muitos sectores pobres da população⁹⁵.

Condições políticas de cima para baixo

Um dos problemas, do ponto de vista do desenvolvimento democrático, é que a responsabilidade dos programas é dos governos dos países em desenvolvimento, os quais são responsáveis perante os doadores, enquanto num desenvolvimento democrático são os parlamentos que devem ser responsáveis perante os cidadãos. Os PRSP não surgiram como resultado dos movimentos políticos e das lutas dos cidadãos dos países em desenvolvimento, mas como uma condição da política internacional. Desta forma, não admira o facto de as organizações da sociedade civil de grande alcance destes países como, por exemplo, os sindicatos, não terem adoptado plenamente os PRSP ou terem-nos considerado como alheios ao seu funcionamento.

A brecha que se abre entre a realidade dos sectores da população mais pobre e as delegações dos PRSP, formadas por funcionários do Estado, pode ser muito profunda. Segundo alguns críticos, não é sempre muito claro em que medida as ONG que participam nos PRSP velam pelos interesses dos grupos que dizem representar⁹⁶. Em muitas avaliações tem-se perguntado por que se parecem tanto as estratégias de redução da pobreza dos diferentes países, e por que se assemelham tanto aos programas anteriores de ajustamento estrutural destes países, ditados de fora⁹⁷.

Um grupo de investigadores manifestou a sua opinião numa avaliação sobre a cooperação finlandesa para o desenvolvimento, realizada em 2003. Segundo eles, os objectivos e as prioridades incluídos nos PRSP africanos estão muitas vezes em discrepância com os objectivos da população africana economicamente desfavorecida: os PRSP reflectem melhor os interesses dos governos dos países em desenvolvimento e das instituições financeiras internacionais. Ressaltam o facto de que – apesar de toda a discussão política – no consenso dos doadores

sobre os PRSP não há vontade política suficiente para reforçar o poder político dos mais pobres ou a sua participação nos processos democráticos⁹⁸.

Na Finlândia, a criação da sociedade de bem-estar não tinha, segundo os analistas, nada a ver com um projecto burocrático, desenhado e apresentado para os cidadãos “de cima para baixo”. “Foi um processo muito longo e doloroso que durou vários séculos e durante o qual os cidadãos, as Igrejas, as comunidades, o movimento sindical, as empresas e os partidos políticos de diferentes ideologias estiveram preparados e dispostos – graças ao legado histórico, cultural e religioso do país – a aprender com os seus erros, com as suas diferenças e com os seus interesses comuns para construir uma sociedade para todos os finlandeses.”⁹⁹

A experiência histórica da Finlândia e de muitos outros países industrializados demonstra que só as lutas e os processos de mudança liderados pelos movimentos sociais podem reduzir a pobreza de uma maneira sustentável. Este tipo de movimentos, que busca novas alternativas, continua a surgir e a crescer em todas as partes do mundo. Já não funcionam apenas a nível local, mas pretendem uma colaboração cada vez mais forte com outros movimentos e outras pessoas que estão a lutar com os mesmos desafios – contra o empobrecimento – a nível internacional.

Respostas locais a questões globais

Como resultado da actividade económica, uns ganham e outros perdem. A regulamentação da actividade económica também beneficia as actividades de uns e desfavorece as de outros. Até que ponto se devem, então, limitar as liberdades de uns para que os outros possam desfrutar das suas? Quais são as medidas que se devem tomar para realizar tais limitações? Estas são as questões fundamentais sobre as quais os cidadãos devem ter o direito de expressar a sua opinião – a nível local.

Trata-se de um desafio importante. Após a expansão da globalização económica, as decisões que afectam as condições de vida das pessoas a nível local são tomadas cada vez mais no âmbito dos organismos internacionais, como a OMC e o Banco Mundial¹⁰⁰. A democratização da política global é um importante desafio político. No entanto, não devemos perder de vista as instituições políticas locais e nacionais, mais próximas dos cidadãos, e a melhoria das suas condições

de funcionamento. Pode-se perguntar se a nossa era da política global contribui para o empobrecimento das possibilidades da política nacional e local. Será que o papel destas formas de actividade política foi reduzido à satisfação das normas e requisitos estabelecidos pelas condições, acordos e programas internacionais? Parece que há cada vez menos espaço para as mudanças locais promovidas pelos movimentos sociais. A política está a empobrecer-se.

A lógica interna da globalização económica na sua forma actual requer a expansão não só dos hábitos de consumo, mas também das instituições básicas da economia de mercado ocidental, tais como os sistemas de propriedade. Se bem que este processo de expansão crie melhores condições para o desenvolvimento económico e social em certas áreas e em certos países, simultaneamente contribui para o empobrecimento de muitos cidadãos e de grupos da população.

A globalização económica significa a expansão do terreno e das liberdades de actuação para as empresas e para os investidores, mas não para os indivíduos. Para esta expansão ser possível, necessita-se, em todos os países, de uma política nacional que regule e limite o menos possível as actividades económicas e que garante aos actores económicos as mesmas condições, instituições e padrões nos quatro cantos do mundo. Devido a estes requisitos, a liberalização do comércio internacional e do capital é, desde há muito, uma questão central da política global. Este tipo de desenvolvimento prejudica as oportunidades e limita as alternativas sociais e políticas dos cidadãos e das comunidades, já que permite um só modelo político¹⁰¹.

A luta é sempre local

Ao falarmos de empobrecimento em vez de pobreza queremos enfatizar o facto de a pobreza ser sempre causada por muitos fenómenos sociais que costumam ser muito complicados e funcionam a vários níveis. O que têm em comum é que as pessoas mais pobres e fracas – as que mais sofrem com os resultados dos processos empobrecedores – carecem de possibilidades para participar ou influir nestes fenómenos. Normalmente estão afastadas das decisões importantes e dos políticos que decidem sobre o desenvolvimento da sua sociedade. Nos últimos anos, o poder político tem passado cada vez mais para o âmbito transnacional, o que tem

contribuído para a diminuição das possibilidades da política democrática a nível internacional.

Neste texto tratámos das diferenças entre o mundo formal e o informal, assim como das características de ambos. Para a maioria da população mundial, a política oficial e formal – o Estado – é incapaz de garantir a subsistência básica e a segurança do cidadão. Por isso, os cidadãos têm de buscar a sua subsistência básica fora do âmbito do poder formal. Ao mesmo tempo ficam fora – ou à margem – da sociedade formal. No entanto, todos deveriam dispor das mesmas oportunidades para construírem o seu bem-estar pessoal a partir dos próprios recursos e necessidades e poderem ser membros, de pleno direito, da sua sociedade.

É importante perceber que, em muitos países em desenvolvimento, o Estado é um actor muito fraco, não só por causa da falta de recursos económicos, mas também porque a utilidade de todo o contrato social vigente é, para a maioria dos cidadãos, pelo menos discutível. Os Estados são fracos porque dentro das suas fronteiras funciona, na prática, uma estrutura social formal na qual participa só uma minoria da população, e nas margens ou fora dessa estrutura existe uma imensa rede de comunidades. É aí onde vive a maioria dos cidadãos. Não há poder popular, se o poder não estiver nas mãos do povo.

Os contratos sociais surgem como resultado da luta política e dos acordos entre diferentes grupos de interesse. Para que estes contratos sejam estáveis e justos, também os sectores mais pobres da sociedade têm de participar neles.

“A luta contra a pobreza” não é uma luta para alcançar um objectivo abstracto ou um indicador estabelecido. Acabar com o empobrecimento é lutar contra a pobreza real e palpável das pessoas. É velar pelos seus interesses. Afinal de contas, a luta é sempre de carácter local.

Epílogo

A luta contra o empobrecimento

“Os empobrecidos – a maioria informal da humanidade”, publicado em 2004, é o primeiro livro de uma série de publicações sobre questões globais de desenvolvimento do Centro de Serviços de Cooperação para o Desenvolvimento (KEPA). Um dos objectivos do livro foi aprofundar o conceito-chave da política do programa do KEPA para os anos 2004-2006, ou seja, o “empobrecimento”. Mesmo assim, com a publicação do livro não se pretendia definir o conceito de maneira final nem criar um programa político para acabar com o fenómeno do empobrecimento. Por isso, não é fácil encontrar no livro uma resposta clara e concisa às perguntas “O que é o empobrecimento?” ou “Como se pode acabar com o empobrecimento?”.



Tanto ao nível nacional, como provincial em Cabo Delgado, a KEPA apoia os seus parceiros para participarem na tomada de decisões públicas. Na região norte, aliados estratégicos são os fóruns locais de consulta comunitária, como o Conselho Consultivo do Posto Administrativo em Mapupulo, distrito de Montepuez, membros do qual nesta fotografia se reúnem com o oficial de programas da KEPA, Frederico João (no meio com chapéu).

O livro destinava-se, antes de tudo, à descrição da realidade quotidiana dos países em desenvolvimento, tal e como o viveram os autores, para vincular essa realidade à literatura teórica. Por isso, o ponto de partida era o nível local, o indivíduo e o empírico. O livro tinha três objectivos principais. Devia ter uma sólida base académica, ser de leitura fácil e conter uma clara mensagem política. O primeiro objectivo parece ter-se cumprido, já que o livro faz parte dos requisitos do curso de iniciação aos Estudos de Desenvolvimento da Universidade de Helsínquia, desde o ano de 2005. No que diz respeito à facilidade de leitura, julguem os leitores por si mesmos.

O terceiro objectivo tinha a ver com a mensagem política sobre como acabar com o empobrecimento. Para mim, os pormenores desta mensagem só ficaram bem claros depois de ter escrito o livro e ter participado, durante os últimos três anos, numa infinidade de capacitações, seminários e entrevistas sobre o empobrecimento. Este epílogo é uma tentativa de resumir os meus próprios pensamentos sobre o conceito de empobrecimento e a luta contra ele. Sendo assim, constitui uma reflexão pessoal que não coincide, necessariamente, com as opiniões do KEPA, nem com os outros autores do livro.

Quem define o desenvolvimento e a pobreza?

Antes de falar sobre o empobrecimento ou como acabar com ele, temos de passar alguns instantes a reflectir sobre a essência do desenvolvimento e da pobreza. Clarificar o conceito de desenvolvimento não é uma questão trivial. A discussão actual praticada por cidadãos e autoridades está salpicada de menções vagas sobre a “perspectiva” ou a “dimensão” do desenvolvimento, onde na realidade estes conceitos não significam nada ou significam qualquer coisa. O ponto de partida do livro “Empobrecidos” é que o desenvolvimento é, em grande parte, um conceito subjectivo. As supostas definições¹⁰² do desenvolvimento são, na maioria dos casos, visões pessoais de um ou de vários autores sobre o estado ideal da existência social. O desenvolvimento pode interpretar-se, também, como um processo social que conduz a esse estado. A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, da ONU, do ano de 1986, define o desenvolvimento como um processo económico, social, cultural e político, cuja finalidade é uma melhoria constante do bem-estar da Humanidade. Este processo deveria acontecer através de uma importante participação activa e livre dos indivíduos no seu próprio desenvolvimento¹⁰³.

No entanto, cada qual define para si mesmo os factores básicos do seu bem-estar e os seus objectivos na vida, sob a sua própria perspectiva. O essencial é ter o direito de participar na definição, escolha e realização destes “objectivos de desenvolvimento”. O desenvolvimento tem múltiplas definições e, por isso, o “desenvolvimento” de alguém pode ser o “antidesenvolvimento” do outro. Na prática, no mundo em que vivemos não existe nenhum desenvolvimento que seja benéfico para todos, apesar de nos comportarmos como se este tipo de desenvolvimento existisse.

A pobreza é quase sempre relativa. Comparamos as condições de vida de uma pessoa com a situação de outras pessoas, ricas ou acomodadas. Imaginemos que toda a gente ganha apenas um dólar por dia. Quem seriam, então, os pobres? Todos ou ninguém? A pobreza é também um assunto pessoal e individual. Não podemos dizer a um imigrante clandestino que tenta vender um abacate na rua que, de facto, já não é considerado pobre, porque as suas receitas diárias são de um dólar e 25 centavos, enquanto no ano anterior não chegavam a um dólar, se ele próprio se sente numa posição extremamente desigual comparado com os condutores dos carros que passam pela sua rua. A luta contra a pobreza não é uma luta por um objectivo abstracto, um indicador medível ou a superação de um determinado nível de receitas. Lutar contra a pobreza significa lutar pelos objectivos de pessoas reais.

Quando a pobreza é percebida como algo relativo, é possível reconhecer como a sua razão principal as estruturas que nutrem a desigualdade social. A criação e a manutenção de tais estruturas é uma forma de empobrecimento. As pessoas não se empobrecem devido a uma força mágica, mas em consequência de interacções económicas, sociais, políticas e culturais.

As tentativas de acabar com a pobreza apoiam-se na chamada abordagem baseado nos direitos no seio do pensamento de desenvolvimento. Nesta abordagem, o essencial é analisar as razões estruturais da pobreza, concentrando-se na desigualdade, injustiça e exclusão e apoiando a participação activa das pessoas¹⁰⁴. Tanto o empobrecimento, como a luta contra ele, são processos políticos. Com o político referimo-nos a um processo onde se trata, afinal de contas, de “quem obtém o quê, quando e como”¹⁰⁵. O desenvolvimento e a pobreza são assuntos que têm a ver com a obtenção ou a manutenção de benefícios dos indivíduos, grupos

ou organizações. Actuar contra a pobreza não é imparcial, objectivo ou apolítico, por mais que se diga o contrário.

Mas como podemos acabar com o empobrecimento? Primeiro que tudo, é preciso perguntar que ponto de vista se deve escolher, para quem e com quem se vai trabalhar. É necessário escolher um ponto de partida e uma realidade concreta, sejam de um indivíduo ou de um grupo, e começar a analisar as estruturas empobrecedoras, avançando das circunstâncias locais para as globais. Não há respostas universais muito satisfatórias, porque as condições de vida e as estruturas empobrecedoras variam muito de um país e de um lugar para outro.

Consideremos agora o problema do ponto de vista da dimensão económica do desenvolvimento. Os recursos materiais e imateriais de uma comunidade são sempre distribuídos de alguma forma entre os indivíduos que fazem parte da comunidade. Estes indivíduos ou actores possuem e/ou utilizam estes recursos. A posse e a utilização dos recursos são determinadas pelas normas ou regras definidas pela comunidade ou impostas por alguém de fora. Como consequência das suas actividades pessoais, uns têm êxito económico e outros não; uns conseguem adquirir mais recursos económicos, outros menos. Com o passar do tempo, aqueles que estão numa situação mais privilegiada podem aproveitar a sua posição e estabelecer acordos, leis ou outras “estruturas” que os beneficiem mais a eles do que a os outros membros da comunidade. Estas estruturas são empobrecedoras em relação aos outros. É claro que há muitas diferenças entre os indivíduos e há sempre quem consiga prosperar apesar das estruturas empobrecedoras existentes. Por isso, a existência de diferentes estruturas não explica tudo, nem tira a responsabilidade individual das pessoas. No entanto, a maioria das pessoas não pode lidar com os factores desfavoráveis e está condenada a viver na pobreza, porque não tem a oportunidade, por exemplo, de adquirir uma formação básica.

O direito de participar é a chave do desenvolvimento

O desenvolvimento pode interpretar-se como um processo para a obtenção de certos direitos básicos, por exemplo, os direitos humanos universais. Na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, da ONU, afirma-se que os Estados têm de tomar todas as medidas adequadas para garantir a todos os cidadãos oportunidades iguais para desfrutar dos recursos básicos, ter acesso à formação, aos

serviços de saúde, à habitação, ao trabalho e a uma justa distribuição de receitas. Na realidade os recursos das comunidades são sempre limitados, e nem todos os direitos podem ser obtidos de imediato ou simultaneamente. O que é fundamental é o direito de participar na tomada de decisões sobre quais são os direitos a serem implementados. Só através da participação é possível exigir outros direitos e a sua implementação. Por isso, o direito à participação é a chave da obtenção dos outros direitos¹⁰⁶.

O desenvolvimento é, em grande medida, uma questão de processos de escolha que dizem respeito às comunidades e onde se confrontam os diferentes interesses legítimos, tanto individuais, como comuns. Como consequência da discussão e da luta política surgem soluções que são benéficas para todos ou, em muitos casos, só para alguns. Muitas vezes não é possível melhorar a situação de todos ao mesmo tempo, de maneira que é preciso fazer escolhas. E como a definição do “bem-estar” é, em grande parte, subjectiva, a toma de decisões é, muitas vezes, um processo onde alguns ficam a ganhar e outros não.

Para além de propor metas, é fundamental poder participar na discussão sobre as medidas que se vão tomar para alcançar as metas. Existe um consenso global, por exemplo, sobre os Objectivos do Milénio, da ONU, mas são metas que talvez não se alcancem nunca. No entanto, para conseguir os objectivos realizam-se muitas acções políticas e sociais que têm as suas consequências na prática. Estas consequências são diferentes para diferentes pessoas, dependendo também do tempo e do lugar. Algumas delas podem até aumentar a pobreza.

Para lutar contra o empobrecimento de uma comunidade, uma das formas seria apoiar as oportunidades desse grupo para participar e para contribuir na tomada de decisões a nível local e nacional, onde se estabelecem as bases sociais para o bem-estar. Também se podem apoiar os recursos materiais ou imateriais da comunidade. O apoio tanto pode ser material (como, por exemplo, máquinas, comida ou matérias-primas), como imaterial (formação ou capacitação), ou consistir no financiamento de actividades ou inclusive no trabalho pessoal do patrocinador. As formas de apoio não se excluem umas às outras, mas satisfazem necessidades diferentes. Numa situação de emergência necessita-se de apoio imediato, e o financiamento de processos inseguros no futuro pode parecer desnecessário. No entanto, se o objectivo é acabar com o empobrecimento, o apoio imediato não é suficiente. Para os resultados serem sustentáveis, necessita-se também de uma abordagem política. Satisfazer as necessidades imediatas não

substitui as medidas que actuam, a longo prazo, nas estruturas sociais empobrecedoras. Por isso, o papel do patrocinador é sempre secundário em relação às acções da própria comunidade.

Apesar de muitas das estruturas empobrecedoras estarem perto de nós, seria enganoso constatar que são sempre locais ou sequer nacionais. Os indivíduos e as comunidades locais estão estreitamente vinculados uns aos outros, através do intercâmbio económico, a nível nacional e internacional, no mundo inteiro. Quase todas as comunidades humanas já estão interconectadas de uma forma ou de outra¹⁰⁷. As soluções globais têm um impacto cada vez mais forte na nossa vida, e as decisões são tomadas cada vez mais longe das comunidades locais. Ao mesmo tempo, quanto mais longe nos afastarmos do nível local, mais difícil nos é observar as relações causais directas do empobrecimento. No entanto, para acabar com o empobrecimento, é essencial identificar estas conexões. Quanto mais eficiente é o processo, mais podemos influir nas possibilidades de superar a pobreza. Temos de perceber o nosso papel como parte das redes globais. Para dar um exemplo: o país onde vivemos pode fazer parte de um acordo internacional que empobrece alguma comunidade. Temos de tratar de influir na tomada de decisões no nosso país, em diferentes fóruns. Ao mesmo tempo, temos de compreender o nosso papel no comércio e na economia internacionais. As minhas acções tiram o pão da boca de alguém? Velar só pelos meus próprios interesses diminui o valor do trabalho de outras pessoas? Quem sofre as consequências ambientais do meu consumo? Como consumidores, a nossa vida está cheia de escolhas: se compramos aquele tapete feito por crianças, se tomamos café do comércio justo, se realmente necessitamos aqueles móveis de jardim feitos de madeira ilegalmente cortada num país em desenvolvimento, etc.

Não basta não fazer “o mal”. O empobrecimento não é só uma consequência das actividades humanas: também pode ser uma consequência da inactividade. É a manutenção das injustiças existentes. Para uma criança de dez anos que mora nos esgotos de uma grande cidade de um país em desenvolvimento e que ganha a vida num depósito de lixo, qualquer pessoa que contribui para a manutenção do estado de coisas é um empobrecedor potencial. Temos de actuar já!

Kent Wilksa

Helsínquia, 8 de Novembro de 2006

Referências

1. *Antes costumava dizer-se que nascer na Finlândia era como receber um prêmio na lotaria, ou por outras palavras, que uma pessoa nascida na Finlândia tinha perante si um futuro relativamente seguro em termos económicos. Isto baseava-se numa distribuição igualitária de possibilidades entre os cidadãos. Se bem que sempre existam diferenças no que diz respeito ao estatuto social e económico dos pais, as crianças finlandesas desfrutam – ainda hoje em dia – de possibilidades iguais para construir a sua própria vida. Estas possibilidades incluem a assistência sanitária pública e gratuita, assim como a formação e a segurança social. A criança finlandesa é, desde o seu nascimento, um membro da sociedade de pleno direito.*
2. Rist 2002: 251-252.
3. *O termo inglês *empoverishment* refere-se ao empobrecimento activo de uma pessoa, quer dizer, um empobrecimento causado por outras pessoas ou mecanismos sociais.*
4. Rist 2002.
5. Rist 2002.
6. Rist 2002.
7. Rist 2002.
8. *Rist pergunta, de maneira sarcástica, se o desenvolvimento anterior tinha sido “inumano”. Para que serviu o desenvolvimento, durante todas as décadas anteriores, se não tomou em consideração os seres humanos, e como foi possível que se tardasse tanto em percebê-lo? O primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (Human Development Report) publicou-se em 1990 (Rist 2002: 205-209).*
9. *Enlarging people’s choices.*
10. Rist 2002: 204-210.
11. Sen 2001.
12. *Segundo Milton e Rose Friedman, os quais enfatizam a importância da economia de mercado livre, as possibilidades de uma pessoa não deveriam ser limitadas pelo sexo, origem, nacionalidade, raça, religião ou quaisquer outras qualidades secundárias. As capacidades pessoais devem ser a única limitação. Estes autores criticam fortemente a igualdade de resultados, ou seja, a ideia de que todos devem chegar a resultados parecidos independentemente dos seus esforços e do trabalho que realizam. A sua obra *Liberdade de Escolher* está próxima da ideia de “desenvolvimento como liberdade”, ou seja, os autores não acreditam na limitação das liberdades pessoais sob nenhuma circunstância. Se as qualidades geneticamente herdadas não devem limitar as possi-*

bilidades de uma pessoa, por que o deveriam fazer as condições económicas, herdadas da família? A pobreza é, como se sabe, em grande medida uma condição hereditária.

13. Sen 2001.
14. Helleiner 2000. *Para Milton e Rose Friedman (1982), o facto de o capitalismo produzir desigualdade é um mito. Segundo eles, a diferença entre os ricos e os pobres é sempre maior nas sociedades onde não há economia de mercado livre.*
15. Rostow (1961): *the age of high mass-consumption.*
16. *Amartya Sen acha que a ameaça às culturas indígenas é inevitável, já que é muito difícil resistir às forças da economia e da tecnologia: “The threat to native cultures in the globalizing world of today is, to a considerable extent, inescapable” (Sen 2001: 240).*
17. Soto 2000.
18. Maddison 2001.
19. Braudel 1984, Pipitone 1995.
20. Braudel 1984, Soto 2000, Pipitone 1995.
21. Soto 2000, Pipitone 1995.
22. Ver, por exemplo, Marx 1867.
23. Sen 2001: 7, 143.
24. UNHSP 2003: 98.
25. ILO 2002.
26. *ILO 2002. Roubaud (1995) enumera quase 30 termos diferentes utilizados para falar da actividade económica “informal”, como, por exemplo, a economia não registada, economia secreta, economia alternativa, economia paralela, economia cinzenta, economia negra, economia marginal, economia periférica, economia ilegal, economia independente, economia invisível, economia oculta, economia clandestina, economia secundária, economia dual, economia irregular, economia turva, etc. O uso incoerente destes termos nas investigações e nos média dificulta a análise sistemática do fenómeno.*
27. ILO 2002, Tripp 2001.
28. ILO 2002; ver também UNHSP 2003.
29. ILO 2002, CMT 2002.
30. Ver também Soto 1990.
31. ILO 2002.
32. *Por exemplo, na Tunísia, a proporção do comércio informal de todo o emprego no comércio é de 88 %, mas a proporção de mulheres entre os empregados é só 8 %. No Benim, 92 % dos comerciantes no sector informal são mulheres (ILO 2002: 53).*
33. UNSHP 2003: 12.
34. *No México, os bancos não consideravam os poupadores de pequena escala como clientes importantes. Entre 1980 e 1994 desapareceram dos bancos, no total, mais de 15 milhões de contas de poupança dos clientes, cuja criação demorara mais de cinquenta anos. Menos de 6 % da população mexicana tinha uma conta de poupança numa instituição financeira legalmente regulada (IRELA 1996).*
35. *IRELA 1996. Um baixo nível de poupança pode ser um obstáculo considerável para o desenvolvimento económico de um país. Por falta de poupanças próprias, os países têm*

de financiar o seu crescimento com capital estrangeiro, o que pode fazer com que o país seja muito vulnerável às flutuações do mercado económico, e as consequências podem ser graves, como já se viu em muitos países latino-americanos nas últimas duas décadas. Os elevados graus de poupança dos países do Este e Sudeste asiático são considerados como factores decisivos do seu crescimento económico nos anos 1970 e 1990 (IRELA 1996).

36. Ver por exemplo Tripp 2001.
37. Kuronen 2003.
38. Roubaud 1995. *A distinção é, em parte, artificial. Por exemplo, as drogas podem ser consideradas como qualquer outro produto, com a diferença de que em muitos países o governo está a limitar a sua produção, a venda e o consumo. Da mesma maneira, pode-se pensar que uma pessoa começa a “trabalhar” como narcotraficante para assegurar o sustento da sua família. Na definição da actividade informal e ilegal ter-se-ia de tomar em conta a extensão e o grau de organização das actividades. Tripp (2001) considera como ilegais as actividades do sector informal que carecem de actividades homólogas legais no âmbito da economia formal. A venda de produtos no bazar pode fazer-se de maneira legal e formal, desde que haja as licenças requeridas; no entanto, e pelo contrário, o narcotráfico ou a chantagem não são actividades permitidas no sector formal.*
39. UNSHP 2003.
40. Tripp 2001.
41. Tripp 2001; ver também Soto 2000 e 1990. Tripp (2001) menciona, como exemplos, alguns países de África, onde o ensino básico praticamente ignora os conhecimentos e as habilidades necessárias para os empregos do sector informal que é, na realidade, onde a maioria dos alunos vai trabalhar.
42. Tripp 2001.
43. CMT 2002.
44. CMT 2002.
45. CMT 2002.
46. Soto 2000. *Nas comunidades imaginárias, a nível nacional e global, os pobres são, muitas vezes, considerados como preguiçosos, desempregados, sujos, mendigos, vagabundos, portadores de doenças, ou como sobrepopulação que prejudica a natureza (Tammilehto 2003: 67-68).*
47. *A definição da economia informal da ILO (2002) cobre também a agricultura de subsistência. Em muitos países, a proporção do trabalho informal de todo o emprego agrícola é muito alta. Por exemplo na Índia, quase todo o trabalho agrícola é informal, enquanto no México o é 94 % e na África do Sul, 58 %..*
48. Torado 1988.
49. CMT 2002.
50. Lewis 1958. *A obra The Theory of Economic Growth, publicada em 1955, é um clássico da economia de desenvolvimento. Sir Arthur Lewis foi galardoado com o Prémio Nobel em Economia em 1979.*
51. Lewis 1958.
52. Lewis 1958.
53. Tripp 2001.

54. Tripp 2001.
55. Segundo de Soto, Marx via claramente a possibilidade de criar uma vida económica paralela ao património físico, mas o que não entendia era o facto de os próprios mecanismos económicos possibilitarem a criação do capital através do património e do trabalho. Marx entendia melhor do que ninguém no seu tempo que os recursos económicos não podiam ser reduzidos às suas dimensões físicas. O dinheiro e os bens materiais são as formas em que o capital se materializa, para os abandonar de seguida, mas o património formal é muito mais do que o direito de propriedade. O património formal deve ser percebido como um processo que torna possível que os seres humanos enfoquem o seu pensamento naqueles aspectos dos seus recursos com os que podem tirar proveito do capital (Soto 2000: 196-197, Marx 1867).
56. Bardhan 2001, Soto 2000. Ver Chang (2002) sobre a história das sociedades de responsabilidade limitada e outras instituições “boas”.
57. Soto 2000.
58. Soto 2000.
59. Soto 2000.
60. Soto 2000 e 1990. Segundo o informe anual do programa Human Settlements das Nações Unidas do ano 2003, a visão sobre a necessidade de renovar completamente os sistemas legislativos para libertar o potencial do sector informal é neoliberal. No mesmo informe, a organização afirma que o problema é o fracasso institucional e legislativo (UNSHP 2003). Seja como for, as pessoas que fazem parte do sector informal têm pleno direito de participar na vida social moderna. O que na verdade pode ser considerado como neoliberal é a visão segundo a qual a formalização dos direitos de propriedade acabaria com todos os problemas relacionados com a pobreza e que qualquer outro tipo de política social ou económica seria desnecessário.
61. Para citar as palavras do próprio Soto, “I am not a diehard capitalist. I do not view capitalism as a credo. Much more important to me are freedom, compassion for the poor, respect for the social contract and equal opportunity. But for the moment, to achieve those goals, capitalism is the only game in town. It is the only system we know that provides us with the tools required to create massive surplus value.” (Soto 2000: 208-209)
62. Tammilehto (2003) critica fortemente o chauvinismo cultural pouco ecológico que condena as comunidades locais auto-sustentáveis à morte ou à integração na sociedade de consumo.
63. Sen 2001: 31-32.
64. Shiva 2003.
65. Shiva 2003.
66. Shiva 2003.
67. Kuyek 2004.
68. Soto 2001.
69. Existem diferentes formas de propriedade comunitária da terra: várias pessoas podem ter o direito de utilizar uma parcela para a pastagem e corte de madeira, ou a terra pode ser cultivada por várias pessoas que compartilham a sua produção. Também existem arranjos onde cada um tem o direito de utilizar a terra, mas a alienação deste direito é limitada. A fragmentação da terra em pequenas parcelas individuais por sucessão é um factor que obstaculiza a produção agrícola (Lewis 1958).

70. Tammilehto 2003: 88.
71. Ver Tammilehto (2003) sobre as “comunidades globais fictícias” e as “comunidades locais reais”.
72. Segundo o *human development index* das Nações Unidas (UNDP 2003).
73. UNECA 2003.
74. FAO 2003 e UNECA 2003.
75. À hora de avaliar a eficácia global de diferentes modelos económicos, é preciso ter em conta o facto de os índices como o PIB serem simples unidades calculáveis. Na realidade, os recursos económicos estão distribuídos entre várias pessoas: o crescimento do PIB não ajuda, se não for distribuído entre as pessoas de maneira justa.
76. O conceito do valor de trabalho é um conceito-chave que marca a diferença, por exemplo, entre o marxismo e a economia neoclássica.
77. Segundo Tammilehto (2003: 9), o termo *globalização* refere-se à “redução de diferenças culturais devido aos meios de comunicação globais, ao aumento da consciência global, à compressão do tempo e do espaço, à redução da importância dos estados-nação, à importância crescente das relações internacionais ou transnacionais, às últimas mudanças no sistema económico global ou à última encarnação do sistema global capitalista”.
78. Helleiner 2000.
79. Ver Teivainen (2000) para uma análise do economismo e da confrontação de economia e política no contexto peruano nas décadas 1980 e 1990.
80. Friedman 1953. Também os partidários do outro extremo ideológico acreditaram nas leis económicas: já no primeiro congresso do Partido Comunista Cubano, Fidel Castro afirmou que não tinham tido consciência de certas leis económicas objectivas, e que tinham caído no idealismo. “En la conducción de nuestra economía hemos adolecido indudablemente de errores de idealismo y en ocasiones hemos desconocido la realidad de que existen leyes económicas objetivas a las cuales debemos atenernos.” Fidel Castro Ruz: *Informe Central al Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. La Habana, 1975 (apud Tablada 1987)*.
81. Meier 2001 e Rodrik 2001.
82. Meier 2001.
83. O Banco Mundial está consciente deste tipo de desenvolvimento e mudança de ideias. Um índice desta conscientização é o livro de Meier e Stiglitz (2001) *Frontiers of Development Economics*, publicado pelo próprio Banco Mundial, se bem que não se trate da opinião oficial do Banco sobre estas questões.
84. Não se deve confundir o neoliberalismo com a economia neoclássica. O núcleo do paradigma neoclássico foi proposto pela primeira vez de maneira clara na obra *Principles of Economics* de Alfred Marshall em 1890. Esta obra substituiu o livro de John Stuart Mill, *Principles of Political Economy*, como a obra de referência principal na corrente dominante das ciências económicas. As características básicas do paradigma neoclássico estão presentes na quase totalidade dos livros de estudo da microeconomia. Um economista neoclássico não é necessariamente neoliberal. Talvez seja possível estabelecer dois níveis: por um lado, o neoliberalismo dentro da economia neoclássica e, por outro, a ciência económica neoclássica em relação com as outras escolas alternativas, como o marxismo. Também se pode perguntar se o neoliberalismo faz parte das ciências económicas. A obra *Liberdade de Escolher*, de Milton e Rose Friedman (1982) pode ser considerada como um panfleto político neoliberal que se baseia na sua visão económica monetarista e na sua crítica do keynesianismo.

85. Kuhn 1970.
86. *A fé inquestionável no passado constitui hoje em dia uma heresia, enquanto as ideias heréticas de ontem são a nova superstição* (Sen 2001: 111). Na terceira edição do ano de 1985 do livro *Economic Development in the Thirld World* de Todaro, ainda utilizado, há alguns anos, em instituições como a Escola Superior de Ciências Económicas da cidade de Turku, na Finlândia, fala-se do mercado como uma alternativa à planificação económica central. Todaro descreve como um número crescente de economistas ocidentais, ministros das finanças dos países em desenvolvimento e gerentes das organizações internacionais de desenvolvimento começaram a defender o aproveitamento mais amplo dos mecanismos de mercado como um factor-chave da produtividade e de um progresso económico mais rápido (utilizámos como fonte a tradução espanhola do livro; Todaro 1988: 573).
87. Kuhn 1970, Lakatos 1974, Watkins 1974.
88. World Bank 1993, UNCTAD 1996, Rodrik 2002, Tammilehto 2003.
89. Chang 2002. *Os modelos dedutivos vão do universal ao particular*.
90. Rodrik 2002.
91. *Conhecidos pela sigla em inglês PRSP, ou seja, Poverty Reduction Strategy Papers*.
92. *Policy ownership*.
93. World Bank 2003
94. UNDP 2003.
95. Stewart & Wang 2003.
96. *Ver por exemplo Stewart & Wang 2003 y Gould & Ojanen 2003*.
97. UNCTAD 2002, Stewart & Wang 2003, Graig & Porter 2002.
98. Saasa et al. 2003.
99. Saasa et al. 2003: 52.
100. *Ver Patomäki et al. para uma visão das iniciativas para a democracia global*.
101. Gill 1998.
102. *Segundo Rist (2002), as listas sobre as coisas universalmente boas que se utilizam como definições do desenvolvimento não satisfazem os critérios de uma definição científica e, por isso, a maioria das definições são, na realidade, quase-definições*.
103. UN 1986.
104. *Rights-based approach, see for example. IDS Policy Brief 17, May 2003*.
105. Lasswell 1966.
106. IDS 2003. *Ver também Sen 2001*.
107. McNeill, J.R. & McNeill, W.H. 2005.

Bibliografía

- Bardhan, Pranab (2001) Distributive Conflicts, Collective Action, and Institutional Economics. Em: Meier, G. & J. E. Stiglitz (orgs.), *Frontiers of Development Economics. The Future in Perspective*. The World Bank: Washington DC.
- Braudel, Fernard (1984) *Civilization and Capitalism 15th-18th Century*. Volume III. The Perspective of the World. William Collins Sons & Co: UK.
- Chang, Ha-Joon (2002) *Kicking Away the Ladder. Development Strategy in Historical Perspective*. Anthem Press: London.
- CMT, Confederación Mundial de Trabajo (2002) *Trabajar en el sector informal. Una oportunidad, un riesgo, un reto*. Informe anual sobre los derechos de los trabajadores 2002. Confederación Mundial de Trabajo: Bruselas.
- Craig, David & Doug Porter (2002) Poverty Reduction Strategy Papers: A New Convergence. *World Development*, December 2002, Vol. 30, no.12.
- FAO, Food and Agriculture Organization of the United Nations (2003) *FAO Statistical databases*. <<http://apps.fao.org/default.jsp>>
- Friedman, Milton (1953) The Methodology of Positive Economics. Em: Friedman, Milton (org.), *Essays in Positive Economics*. University of Chicago Press: Chicago.
- Friedman, Milton & Friedman, Rose (1982) *Vapaus valita*. Otava: Helsinki.
- Gill, Stephen (1998) Globalization, Democracy and International Financial Institutions. Em: von Bonsdorff, Max & Ruby van der Wekken (orgs.), *World Bank and Structural Adjustment*. Report no. 27. KEPA: Helsinki.
- Gould, Jeremy & Julia Ojanen (2005) Tanzania: merging in the circle. Em: Jeremy Gould (org.), *The New Conditionality. The Politics of Poverty Reduction Strategies*. Zed Books: London.
- Helleiner, Gerald Karl (2000) *Markets, Politics and Globalization: Can the Global Economy be Civilized?* UNCTAD, 10th Raul Prebisch Lecture, 12 December 2000: Geneva
- IDS, Institute of Development Studies (2003) *Policy Brief 17*. May 2003.

- ILO, International Labour Organization (2002) *Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture*. ILO: Geneva.
- IRELA, Instituto de Relaciones Europeo-Latinoamericanas (1996) *Ahorro nacional: la clave para un desarrollo sostenible en América Latina*. Informe de Conferencia no. 4/1996. IRELA: Madrid.
- Kuhn, Thomas (1970) *The Structure of Scientific Revolutions*. The University of Chicago Press.
- Kuronen, Timo (2003) *External Environmental Analysis (EEA) of the Mekong Region in Southeast Asia*. Toimintaympäristöanalyysi. KEPA: Bangkok. (não-publicado)
- Kuyek, Devlin (2002) *Intellectual Property Rights in African Agriculture: Implications for Small Farmers*. GRAIN: Barcelona
- Lakatos, Imre (1974) Falsification and the Methodology of Scientific Research Programmes. Em: Lakatos, Imre & Alan Musgrave (orgs.), *Criticism and the Growth of Knowledge*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Lasswell, Harold (1966) *Politics: Who Gets What, When, How*. The World Publishing Company / Meridian Books.
- Lewis, Arthur W. (1958) *Teoría del desarrollo económico*. Fondo de Cultura Económico: México.
- Maddison, Angus (2001) *The World Economy: A Millennial Perspective*. OECD: Paris
- Marx, Karl (1867) *Pääoma. Ensimmäinen kirja. Pääoman tuotantoprosessi*. Toinen painos. Karjalan ASNT:n valtion kustannusliike: Petroskoi, 1957.
- McNeill, J. R. & W. H. McNeill (2005) *Verkottunut ihmiskunta: yleiskatsaus maailmanhistoriaan*. Vastapaino: Tampere.
- Meier, Gerald M. (2001) Introduction: Ideas for Development. Em: Meier, Gerald M. & Joseph E. Stiglitz (orgs.), *Frontiers of Development Economics. The Future in Perspective*. The World Bank: Washington DC.
- Meier, Gerald M. & Joseph E. Stiglitz (orgs.) (2001) *Frontiers of Development Economics. The Future in Perspective*. The World Bank: Washington DC.
- Patomäki, Heikki & Teivo Teivainen & Mika Rönkkö (2002) *Global Democracy Initiatives: The Art of the Possible*. Working Paper 2/2002. NIGD, Network Institute for Global Democratization: Helsinki.
- Pipitone, Ugo (1995) *La salida del atraso. Un estudio histórico comparativo*. Centro de Investigación y Docencia Económicas – Fondo de Cultura Económica: México.
- Rist, Gilbert (2002) *The History of Development. From Western Origins to Global Faith*. Zed Books: London.
- Rodrik, Dani (2002) After Neoliberalism, What? Em: *After Neoliberalism. Economic Policies that Work for the Poor*. A Collection of Papers at a Conference on Alternatives to Neoliberalism, May 23-24. New Rules for Global Finance Coalition: Washington DC.

- Rostow, W. W. (1961) *Las etapas del crecimiento económico. Un manifiesto no comunista*. Fondo de Cultura Económica: México.
- Roubaud, François (1995) *La economía informal en México*. Fondo de Cultura Económica: México.
- Saasa, Oliver S. & Galio C. Gurdian & Zenebeworke Tadesse & "Chintan" Gopal Siwakoti (2003) *Improving Effectiveness of Finnish Development Cooperation – Perspectives from the South*. Department of Development Policy, Ministry for Foreign Affairs of Finland: Helsinki.
- Sen, Amartya (2001) *Development as Freedom*. Oxford University Press: Oxford, UK.
- Shiva, Vandana (2003) *Taistelu Vedestä*. Vastapaino: Tampere.
- Soto, Hernando de (2000) *The Mystery of Capital. Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else*. Bantam Press: London.
- Soto, Hernando de (1990) *The Other Path. The Invisible Revolution in the Third World*. Harper & Row Publishers: New York.
- Stewart, Frances & Wang, Michael (2003) *Do PRSPs Empower Poor Countries and Disempower the World Bank, Or is the Other Way Round?* Working Paper Series, May 2003. University of Oxford: Oxford.
- Tablada Pérez, Carlos (1987) *El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara*. Ediciones Casa de las Américas: La Habana.
- Tammilehto, Olli (2003) *Yhden taalan kysymys: globalisaatio ja köyhyyskiista*. LIKE: Helsinki.
- Teivainen, Teivo (2000) *Enter Economy, Exit Politics. Transnational Politics of Economism and Limits to Democracy in Peru*. The Finnish Political Science Association: Helsinki.
- Todaro, Michael P. (1988) *El desarrollo económico del Tercer Mundo*. Alianza Editorial: Madrid.
- Tripp, Aili Mari (2001) *Non-Formal Institutions, Informal Economies, and the politics of Inclusion*. WIDER Discussion Paper n:o 108. UNU/WIDER: Helsinki.
- UN, United Nations (1986) *Declaration on the Right to Development*. Adopted by General Assembly resolution 41/128 of 4 December 1986.
- UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development (2002) *The Least Developed Countries Report 2002: Escaping the Poverty Trap*. United Nations: New York and Geneva.
- UNCTAD, United Nations Conference on Trade and Development (1996) *Trade and Development Report, 1996*. United Nations: New York and Geneva.
- UNDP, United Nations Development Programme (2003) *Human Development Report 2003. Millennium Development Goals: A Compact among nations to end human poverty*. Oxford University Press: New York.
- UNECA, United Nations Economic Commission for Africa (2003) *Economic Report on Africa*. United Nations: Addis Ababa.

- UNHSP, United Nations Human Settlements Programme (2003) *The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements 2003*. United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat): Nairobi.
- Watkins, John (1974) Against "Normal Science". Em: Lakatos, Imre & Alan Musgrave (orgs.), *Criticism and the growth of Knowledge*. Cambridge University Press: Cambridge.
- World Bank (1993) *The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy*. A World Bank Policy Research Report. The World Bank: Washington DC.
- World Bank (2003) *PRSP Sourcebook*, Chapter 2.1, Volume 1: Participation. The World Bank - International Monetary Fund, Poverty Reduction Strategy Papers - Progress in Implementation, September 2003. The World Bank: Washington DC.

Os Empobrecidos - a maioria informal da humanidade

A pobreza é um fenómeno multifacetado, assim como também são as causas dela: a pobreza ou a riqueza de um ser humano é resultado de interações económicas, sociais, políticas e culturais. Por isso, é resultado de várias acções diferentes.

A pobreza é sempre resultado de actividade – ou da falta de uma determinada actividade – mediante a qual “alguém empobrece outrem”.

Esta publicação da KEPA é uma reflexão sobre estas estruturas e práticas sociais, e pode facilitar o trabalho de activistas, estudantes e profissionais da área da cooperação para o desenvolvimento. A luta contra a pobreza não terá sucesso enquanto não forem desmanteladas as estruturas, as tradições, os hábitos e os costumes que geram e mantêm a pobreza.



CENTRO DE SERVIÇOS DE COOPERAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO KEPA

RELATÓRIO Nº 88

ISSN 1236-4797

ISBN 978-952-200-063-7

www.kepa.fi